

19. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O principal objetivo deste programa é proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, na perspectiva da universalização dos serviços e da sustentabilidade dos empreendimentos, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis. É gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente e tem como principais parceiros: Ministério das Cidades, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Trabalho e Emprego.

Apoio a projetos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes

Celebração de quatro convênios para apoio a projetos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, os quais beneficiarão 3.244.366 pessoas distribuídas em três estados da Federação; segue quadro com a relação de projetos apoiados com os estados e municípios, os valores empenhados, os objetos do convênio e a população a ser beneficiada:

ITEM	CONVENENTE	UF	VALOR EMPENHADO (R\$)	OBJETO DO CONVÊNIO	POPULAÇÃO BENEFICIADA
1	Prefeitura Municipal de Guaira	SP	140.000,00	Apoiar aquisição de equipamento de coleta de resíduos sólidos urbanos	34.610
2	Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul	PR	341.000,00	Apoiar aquisição de veículos para coleta convencional e transporte de resíduos sólidos e cestos de calçados	30.025
3	Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IEMA	ES	304.024,00	Elaboração do projeto de regionalização dos serviços de gerenciamento de resíduos sólidos	3.097.497
4	Prefeitura Municipal de Pato Branco	PR	84.000,00	Apoiar aquisição de equipamento de coleta de resíduos sólidos urbanos	62.234
TOTAL			R\$ 869.024,00	TOTAL	3.224.366

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias, sendo objetivo central revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental, e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental. É gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente com o apoio do Ministério da Integração Nacional e tem parceria com outros 15 (quinze) Ministérios. Os investimentos realizados, tanto pelo Ministério do Meio Ambiente, quanto por seus parceiros, possibilitaram consolidar de forma satisfatória a implementação do arranjo institucional, a consolidação das principais instâncias de gestão do Programa, a implementação das ações estruturantes e dos projetos prioritários principalmente na área de recuperação florestal, conservação do solo e da água, monitoramento e fiscalização ambiental, educação ambiental, conservação da biodiversidade, gestão de recursos hídricos e pesqueiros, capacitação sócio-ambiental, saneamento ambiental e ordenamento territorial. Resultados das ações em 2006:

Implantação de Banco de Dados Ambientais da Bacia do rio São Francisco

- Consolidação do Sistema de Informações do Rio São Francisco – Sisfran, já disponibilizado na internet, o qual fornecerá informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos naturais na Bacia do rio São Francisco. Além disso, deu-se início à implantação do Sistema de Monitoramento Ambiental do São Francisco;
- Encontra-se em fase de elaboração um documentário sobre o Programa de Revitalização do São Francisco no

sistema Beta Digital ou *High Definition*, com duração média de 30 minutos, apresentando o contexto institucional e histórico-cultural, as ações de mobilização social, educação ambiental e as experiências de desenvolvimento regional sustentável, no âmbito da Bacia; e

- Para potencializar a produção e difusão de dados e informações ambientais sobre a implementação das ações do Programa e principalmente apoiar as ações de educação ambiental nas comunidades, está sendo criado o Núcleo de Multimídia de apoio ao Programa em parceria com Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

Recuperação e Preservação da Bacia dos rios Tocantins/Araguaia

Iniciada a estruturação institucional do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia – Protar, a partir da realização de cinco encontros estaduais para formação e estruturação dos Fóruns de Articulação Estaduais nos estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, Goiás e no Distrito Federal, assim como também foi implantada a Secretaria Executiva do Programa, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás. Também foi iniciada a elaboração do Plano de Atividades e Metas do Protar. Tanto o Programa como o Plano de atividades e Metas estão sendo baseados em importantes documentos como: o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Plano de Ação Estratégico dos Recursos Hídricos da Bacia. Além disso, foram aplicados recursos também no primeiro projeto demonstrativo de mobilização intermunicipal e educação ambiental para Revitalização da bacia na região das nascentes.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

O Programa Áreas Protegidas do Brasil é gerenciado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas; seu objetivo é expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes. Os principais beneficiários do programa são as populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação. Os principais parceiros são: Ibama, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Organismos Internacionais, ONGs, Fundação Nacional do Índio – Funai, Universidades e Instituições de Pesquisa, Estados e Municípios. Resultados das ações em 2006:

Capacitação e Disseminação de Práticas Sustentáveis de Ecoturismo

Foram capacitadas 120 pessoas no curso "Monitores Ambientais Locais", sendo cerca de 40 para cada uma das respectivas Unidades de Conservação do Estado do Maranhão: PARNA Chapada das Mesas, PARNA Lençóis Maranhenses e APA das Reentrâncias. Foi ainda elaborado o “Manual para Capacitação em Gestão Ambiental para o Turismo Sustentável”, com o objetivo de oferecer orientações em Gestão Ambiental para as instituições e docentes que trabalham na capacitação em turismo.

Implantação de Corredores Ecológicos

O Projeto Corredores Ecológicos trabalha o Corredor Central da Mata Atlântica - CCMA (10 milhões de ha.), envolvendo sul da Bahia e todo o estado do Espírito Santo e o Corredor Central da Amazônia - CCA (52 milhões de hectares), todo situado no estado do Amazonas. Foi concluída, em 2006, a primeira fase do projeto, com a elaboração do planejamento dos dois corredores e seus planos de ação, planejamento de Unidades de Conservação e início de implementação de novos procedimentos de fiscalização. A segunda fase, que se estende até 2009, deve levar à implementação inicial de 1,0 milhão de hectares em 19 mini-corredores no CCMA e pelo menos a duplicação do uso sustentável dos recursos naturais no CCA.

PROBACIAS

O Programa Probacias tem por objetivo a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433 de 08/01/1997). Entre esses instrumentos, a cobrança pelo uso de recursos hídricos é o que melhor resume os resultados do Programa, pois a sua arrecadação é transformada em benefícios diretos à sociedade. Os recursos são arrecadados pela Agência Nacional de Águas – ANA e repassados à Agência de Bacia, por meio de Contrato de Gestão para o custeio e financiamento de projetos voltados para ampliação da oferta de água em quantidade e qualidade, segundo critérios estabelecidos pelo próprio Comitê da Bacia.

O Programa, que teve início em 2004, já implantou o processo de cobrança em duas importantes bacias hidrográficas brasileiras: Paraíba do Sul (4,5 milhões de habitantes) e o consórcio envolvendo as bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ (4,8 milhões de habitantes). A partir de 2008, este instrumento deverá ser implementado nas bacias hidrográficas do rio Doce e do rio São Francisco. Em 2006, foram aplicados pela Agência da Bacia R\$ 10.561.916,00, dos quais R\$ 8.036.801,00 provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, repassados pelo governo federal, em ações estruturais e de planejamento na bacia do rio Paraíba do Sul, beneficiando 18 municípios da região. Nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ, os recursos da cobrança permitiram aos Comitês apoiarem 18 empreendimentos em diversos municípios, com previsão de alocação de mais de R\$ 13,8 milhões, principalmente para implantação de sistemas de tratamento de esgotos domésticos.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

As atividades antrópicas desordenadas (mineração, agropecuária, pesca e caça predatória e turismo), bem como o crescimento acelerado das cidades sem a devida urbanização (água, esgotos, resíduos sólidos e estradas) levou a condições críticas de assoreamento, poluição e contaminação dos corpos hídricos e a degradação dos ecossistemas, afetando o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai – BAP. A fim de combater tal situação, o programa Pantanal visa promover o desenvolvimento sustentável da BAP, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema. Resultados das ações em 2006:

Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai

Ocorreu a estruturação de curso de graduação em Agroecologia em Terras Indígenas para alunos indígenas do Pantanal com o 2º grau completo. Projeto transversal coordenado pelo MMA com a participação outros órgãos e do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Início previsto do curso: fevereiro de 2007. Foi implantado o Conselho deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal, que será um fórum permanente e democrático como espaço social para a discussão e construção de consensos para a promoção do desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai.

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

O objetivo do Programa é promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais. Abrange também as atividades do PPG7 - Programa Piloto para Proteção às Florestas Tropicais do Brasil, que tem como área de atuação, além da Amazônia, a Mata Atlântica.

Apoio à implantação da Infra-estrutura nos Pólos Turísticos

Essa ação é desenvolvida em parceria com o Banco da Amazônia, Ministério do Turismo e governos estaduais, a fim de apoiar empreendimentos turísticos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, visando contribuir para o crescimento do turismo regional desenvolvido em bases sustentáveis. Em 2006, houve a democratização do crédito, promovendo inclusão social por meio da geração de emprego e renda; verificou-se apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributável, por meio da diversificação da estrutura produtiva; foi constatada a promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais, por meio da integração intra e inter-regional; e a integração da economia regional aos mercados.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS NO EXERCÍCIO DE 2006

PERÍODO	PROGRAMADO		EFETIVADO		%	
	DADOS FÍSICOS	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (R\$)	DADOS FÍSICOS	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA(R\$)	DF	PF
2006	52	25.920.440,00	3	5.130.635,00	5,77	19,79

Fonte: Banco da Amazônia

Fomento a projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia (Programa – Piloto)

As principais realizações foram: avaliação e adequação do Sistema de Monitoria e Avaliação; contratação e capacitação inicial dos projetos aprovados no ano de 2005, tendo sido desembolsado cerca de R\$ 15,8

milhões para a execução de 147 projetos nos Componentes Padeq; e consolidação das experiências anteriormente apoiadas pela ação, resultando no apoio a 31 grandes projetos, sendo 12 na Mata Atlântica e 19 na Amazônia, os quais atendem a 3404 famílias de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e indígenas.

Fomento Ao Manejo Florestal Na Amazônia (Programa – Piloto)

- Organização e fortalecimento das bases sociais de comunidades rurais da Amazônia para implantar Planos de Manejo Florestal Comunitário;
- Fortalecimento dos cursos de Engenharia Florestal nas escolas e Universidades de ensino médio e superior da Amazônia;
- Apoio a 37 iniciativas de sensibilização e capacitação em manejo florestal. Além disso, foram aprovadas mais três iniciativas de manejo florestal e deu-se continuidade aos projetos de apoio aos cursos de nível superior e médio de formação na área florestal da Amazônia. Dentre os novos projetos aprovados, destaca-se a iniciativa experimental do projeto de manejo florestal comunitário na Floresta Nacional dos Tapajós, uma das maiores iniciativas no âmbito do manejo de florestas tropicais. Na Flona Tapajós também foi dada continuidade ao apoio de mais de dez projetos de manejo comunitário na área de beneficiamento de produtos e subprodutos florestais madeireiros e não madeireiros e a várias iniciativas de organização e capacitação das populações tradicionais do seu interior;
- Fortalecimento de Centros de Treinamento em Manejo Florestal;
- Beneficiadas cerca de 7.000 pessoas nas diferentes iniciativas executadas e, com reflexo no aumento na aprovação pelo Ibama de planos de manejo florestal, especialmente na modalidade comunitária (6 planos de manejo novos), o que causou um aumento da área sob manejo florestal na região a partir dos projetos apoiados pelo ProManejo (4.500 ha), bem como aumento no número de projetos com certificação florestal (3 novos projetos de manejo florestal);
- Criação de dois novos instrumentos de controle e monitoramento inovadores e fundamentais para coibir fraudes e procedimentos ilegais na atividade florestal na Amazônia: a) o Sistema Informatizado de Declaração de Origem Florestal – DOF, em parceria com a ação 2943-Recuperação de ecossistemas e áreas degradadas, extinguindo as Autorizações de Transporte de Produtos Florestais – ATPFs, as quais eram objeto de excessivas fraudes e ineficazes no controle das autorizações e monitoramento das explorações e transporte de madeira na região; e b) o Manual do Laudo de Vistoria de Campo de Planos de Manejo Florestal;
- Apoio aos trabalhos que resultaram na elaboração da Instrução Normativa e nas Normas Técnicas que irão regulamentar a implantação de Planos de Manejo Florestal na região Amazônica;
- Institucionalização da Rede de Monitoramento de Florestas na Amazônia Brasileira pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA no âmbito do Programa Nacional de Florestas e do Serviço Florestal Brasileiro. Tal rede é constituída por instituições e entidades públicas e privadas, as quais elaboraram as ferramentas de funcionamento e operacionalização da rede juntamente com um banco de dados que possui informações sobre crescimento e dinâmica de espécies florestais manejadas na Amazônia, o que tem sido utilizado para consulta pública e definição de políticas públicas, tais como o estabelecimento do ciclo e corte da floresta a ser manejada. Tais definições serão tratadas na nova Instrução Normativa do Manejo Florestal a ser regulamentada pelo MMA e Ibama;
- Apoio às ações de treinamento e fortalecimento do Ibama para Gestão da Floresta Nacional do Tapajós (PA), com ênfase nos diversos treinamentos para os analistas e realização de intercâmbios com experiências promissoras desenvolvidas em outras Unidades de Conservação nos temas de Ecoturismo, Fiscalização, Controle e Vigilância e Manejo Comunitário, os quais promoveram a diminuição nas taxas de desmatamento da Unidade nas áreas de florestas primárias (60%), aumento do fluxo de turistas na Unidade de Conservação (70%) e maior geração de renda e trabalho para famílias e comunidades dentro dos Grupos Produtivos da Floresta Nacional a partir da ampliação de escala dos Projetos de Manejo apoiados pelo Ibama;
- Lançamento do Manual de Vistoria de Campo para Planos de Manejo Florestal Madeireiro, constituindo-se no maior referencial já publicado sobre auditorias de campo na área florestal, por parte de órgãos ambientais;

- Organização e fomento à criação, por meio de Portaria do MMA, da Redeflor – Rede de Dinâmica de Florestas Manejadas da Amazônia.

Fomento Ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia (Programa – Piloto)

- Apoio técnico e financeiro aos 10 subprojetos de iniciativas promissoras, com destaque para o acompanhamento e incentivo da construção de acordos de pesca, capacitação de agentes ambientais voluntários –AAV’s, esforços para elevação da renda em comunidades locais dos estados do Amazonas e Pará, e a promoção de soluções para regularização fundiária em áreas de várzea;
- Apoio ao manejo de lagos na área piloto de Santarém-PA, atingindo um total de 5.426 hectares e beneficiando cerca de 4.931 famílias;
- Publicação, em Parintins-AM, da Instrução Normativa nº 113, a primeira referente ao Acordo de Pesca nos lagos do Macuricanã, envolvendo sete comunidades e, aproximadamente, 315 famílias, contemplando 142.000 hectares manejados;
- Treinamento e credenciamento de 273 agentes ambientais voluntários em Santarém e Parintins;
- Fomento ao manejo e comercialização do camarão de água doce, o que possibilitou aumento de 67 % na renda familiar de Gurupá-PA. Essa experiência foi decisiva para que a Prefeitura de Abaetetuba-PA adotasse o manejo de camarão como política municipal de pesca; e
- Lançamento de nove publicações e elaboração de três cursos de manejo comunitário de pesca.

Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia (Programa – Piloto)

Foram capacitados diretamente 112 técnicos para o monitoramento de impactos sobre os recursos naturais na Amazônia; realizados estudos com o objetivo de avaliar os resultados e identificar as práticas mais eficazes para a proteção das florestas tropicais; concluído o estudo de avaliação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), resultando em 10 publicações, dentre livros, CD-ROMs e impressos de divulgação institucional, totalizando 25 mil exemplares; e apoiado o Plano de Desenvolvimento Sustentável na Área de Influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Esta ação também é responsável por organizar o Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia – BCDAM. Tal sistema encontra-se disponível na internet para utilização pública.

PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS

O Programa Nacional de Florestas tem como objetivo promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada. Além disso, o programa prevê o estímulo ao aumento da produção florestal sustentável em todos os biomas com a inclusão dos pequenos produtores no processo produtivo. Resultados das ações em 2006:

Recuperação de ecossistemas e áreas degradadas

Parte do orçamento desta ação foi executado por meio de ação específica do projeto BRA/00/021, que tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como salvaguardar o patrimônio Biológico Brasileiro para as gerações futuras. Foram realizadas reuniões com o Ibama, Ministério Público de Minas Gerais – MP/MG, Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/MG e com outros órgãos para a elaboração de um termo de referência a fim de contratar uma instituição que irá coordenar estudos e ações integradas, as quais permitirão desenvolver e testar um Modelo Operacional de recuperação de áreas degradadas na região do Alto São Francisco em no mínimo 500 hectares, abrangendo pequenas, médias e grandes propriedades rurais e posterior aplicação em toda a Bacia.

Controle e Monitoramento das Atividades florestais e Desmatamentos

Foi conduzida, pelo Ibama, a assinatura de vários Acordos de Cooperação Técnica com os estados para promoção e descentralização da gestão compartilhada na área florestal, cumprindo com a descentralização das

ações de licenciamento e controle florestal prevista na Constituição Federal e no Código Florestal na Lei 11.284/2006.

Foram concedidas 1.225 autorizações, em razão das atividades realizadas no âmbito do Plano de Combate ao desmatamento iniciadas no final do ano de 2005 com a contratação de Engenheiros Florestais. A grande maioria das autorizações foi emitida na área de abrangência das ações do Plano de Combate ao Desmatamento.

Foi criado, ainda, o Documento de Origem Florestal – DOF, em parceria com a ação –“Fomento Ao Manejo Florestal Na Amazônia” (Programa – Piloto), substituindo a antiga “Autorização de Transporte de Produtos e Subprodutos Florestais”. O frágil documento, que acobertava o transporte de produtos e subprodutos florestais no país foi extinto. Em seu lugar, o DOF é emitido de forma eletrônica e menos sujeito a fraudes e falsificações, mudando completamente o panorama, o conceito e o perfil do controle da atividade florestal no país. Como efeito associado à implantação do documento, o Ibama propôs a edição de uma Resolução para padronização e integração dos sistemas de controles federais, resultando num amplo processo de discussão, sendo publicada a Resolução Conama n.º 379/06.

Capacitação em Atividades Florestais

A ação tem como objetivo a estruturação de uma rede nacional de treinamento e capacitação em manejo e plantio florestal, sendo que no ano de 2006 desenvolveu as seguintes atividades:

- Apoio aos projetos do Edital Cerrado nos Estados da Bahia, Pernambuco, Amazonas e Mato Grosso do Sul, no valor de R\$ 166.854,00, realizados em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA;
- Elaboração de material de divulgação para o Programa Nacional de Florestas, com o intuito de auxiliar as reuniões da Comissão Nacional de Florestas – Conaflor;
- Convênio com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas no valor de R\$ 33.376,49, no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos, para Implementação do Corredor Central da Amazônia, por meio da capacitação em atividades relacionadas ao uso sustentável dos recursos florestais;
- Realização de dois eventos de capacitação de técnicos da Bacia do Rio São Francisco para a elaboração de projetos de Recuperação da Cobertura Vegetal Arbórea. Os treinamentos foram efetuados por técnicos do Programa Nacional de Florestas – PNF, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Instituto Estadual de Florestas - IEF/MG, Embrapa Milho e Sorgo, com a colaboração do setor privado (Associação Mineira de Silvicultura – AMS) e Ministério Público de Minas Gerais. Participaram dos eventos 140 pessoas;
- Realização do Seminário Panamazônia II: “Capacitando especialistas para monitorar a cobertura vegetal da Amazônia Sul-Americana” em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, com o objetivo transferir métodos e ferramentas para o monitoramento da floresta e da hidrologia do domínio panamazônico. Além disso, foram realizados neste seminário cursos de Exploração de Impacto Reduzido, em parceria com o Instituto Floresta Tropical (IFT/Belém). Participaram dos eventos cerca de 40 técnicos de países da Bacia Amazônica;
- Capacitação de 634 pessoas, sendo 480 técnicos para difusão de assistência técnica a pequenos agricultores rurais, em parceria com os editais Caatinga e Cerrado.

Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

As atividades desta ação são desenvolvidas pelo Laboratório de Produtos Florestais – LPF e pelo Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal – CENAFLOR. Os projetos coordenados pelo LPF, em geral, são de execução continuada, com cronograma de execução física e financeira ao longo de todo exercício, ou seja, não há previsão de conclusão de projetos no primeiro, segundo e terceiro trimestres, mas sim a execução parcial, em níveis variados, de todos os projetos de forma gradual durante todo o ano. Os resultados obtidos em 2006 foram:

- Participação do CENAFLOR na capacitação dos técnicos da Câmara Técnica Temporária para análise das propostas de projetos apresentados ao atendimento do Edital FNMA 01/06, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra; realização de 2 cursos de sensibilização de técnicos e gestores do Incra na Amazônia em atividades florestais com ênfase em Manejo Florestal;

- Elaboração do Plano de Ação 2006 – 2007 do CENAFLOR, o qual encontra-se em fase de execução;
- Encontram-se em fase de elaboração, pelo CENAFLOR e por entidades que realizam atividades de capacitação em manejo florestal, a estrutura e o regimento de uma rede de treinamento em manejo florestal;
- Realização de 24 projetos de pesquisas.

Monitoramento e Controle da Reposição Florestal Obrigatória

Em 2006, foram finalizadas as operações de vistoria realizadas no âmbito do Plano Desmate, iniciada em 2005, com a contratação de Engenheiros Florestais, tendo sido alcançado um resultado satisfatório. A grande maioria dos projetos fiscalizados foi na área de abrangência das ações do Plano de Combate ao Desmatamento; Foram ainda fiscalizados 200 projetos e editadas novas normas para o manejo florestal na Amazônia (IN 04/05-2006-MMA) e para a reposição florestal (IN 07/06-MMA), bem como, para o controle da atividade madeireira.

Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável

Para esta ação, foram firmados 10 convênios pelo Edital Mata Atlântica, os quais têm assistido a 4.000 agricultores familiares para promover a Assistência Técnica e a Extensão Florestal em áreas prioritárias para conservação da biodiversidade nos estados do Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, visando conciliar a conservação dos recursos naturais com o incremento da renda familiar, por meio do plantio de florestas, sistemas agroflorestais e adequação ambiental das propriedades rurais.

Houve, ainda, seleção pelo Edital Caatinga de projetos que estão promovendo o desenvolvimento rural sustentável daquele Bioma. Há 11 convênios em andamento, os quais assistem a 3.100 agricultores familiares em todos os Estados daquele Bioma, e 160 técnicos (nível médio) capacitados para a difusão da assistência. Encontram-se em andamento 25 convênios do Edital Cerrado, beneficiando 2.200 agricultores familiares em todos os estados deste Bioma, e 320 técnicos capacitados para a difusão da assistência. Foi também firmado o convênio com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas – Afloram, a fim de se intensificar as atividades de promoção ao manejo florestal e à retirada legalizada de madeira, principalmente nas áreas de Apuí e Humaitá, que compõem o chamado “Arco do Desmatamento”;

Recomposição Florestal de Matas Ciliares

Em 2006, houve o apoio a organizações estaduais e municipais de meio ambiente para implementação do projeto de preservação e conservação dos biomas, por meio da estratégia de formação de corredores ecológicos, bem como a assinatura dos convênios previstos pelo Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d’água, sendo iniciado o processo de recuperação e conservação de 760 nascentes e 330 hectares de áreas ciliares. Além disso, estão sendo assistidos 840 produtores rurais para melhor adequação ambiental das propriedades, bem como a população rural e urbana que vem sendo abastecida com água de melhor qualidade nas áreas de abrangência do edital.

Manejo de Florestas Públicas

- Estruturação do Serviço Florestal Brasileiro, que tem como funções fiscalizar o cumprimento dos contratos de concessão florestal, fomentar o desenvolvimento florestal sustentável no Brasil e gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal;
- Publicação, em 13 de fevereiro de 2006, do Decreto que criou o primeiro Distrito Florestal Sustentável – DFS, o DFS da BR-163, um complexo geoeconômico e social estabelecido com a finalidade de definir territórios onde serão priorizadas a implementação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento integrado com atividades de base florestal;
- Elaboração de um Plano de Ação para o Distrito Florestal Sustentável da BR-163, para os anos de 2006 e 2007, com a finalidade de implementar uma política de estímulo à produção florestal sustentável, o qual encontra-se estruturado em três eixos: Fomento e Produção Sustentável, Infraestrutura e Ordenamento e Regularização Fundiária;

- Financiamento da realização do inventário florestal da Floresta Nacional de Irati, onde foram analisadas informações sobre as florestas plantadas e naturais existentes na Unidade de Conservação, visando ampliar o uso sustentável dos recursos florestais consolidando a base de florestas manejadas em áreas públicas e privadas;
- Apoio, em parceria com outras ações do Ministério do Meio Ambiente, à 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica para implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos, e, ainda, atender despesas administrativas como passagens, diárias, material de consumo e serviços de terceiros;
- Levantamento de informações para elaboração dos planos de manejo, por meio do Projeto do Acordo MMA/ITTO - Organização Internacional de Madeiras Tropicais - de “Produção Sustentável em Florestas Nacionais sob o Regime de Concessões Florestais” nas Flonas de Itaituba I e II, Altamira e Caxiuanã. Esse projeto prevê também a elaboração dos planos de manejo e as regras e procedimentos para as concessões;
- Implementação, em parceria com o INPE, do projeto de Monitoramento por dados de Satélites da Exploração Florestal na Amazônia, com o objetivo de definir e implementar um método operacional para o mapeamento de áreas sob exploração seletiva de madeira na Amazônia Legal e investigar a possibilidade de se desenvolver indicadores da intensidade de exploração a partir de dados de sensoriamento remoto.

Vale ressaltar que ainda não houve atingimento de meta física acerca do manejo florestal efetivo por ser necessária prévia realização do levantamento socioeconômico, do inventário florestal, dos mapas de zoneamento das Florestas Nacionais - Flonas e a criação dos conselhos consultivos para dar subsídios à elaboração dos seus respectivos planos de manejo. Ressalta-se que essas atividades realizadas no exercício de 2006 representam avanço para que o manejo em áreas públicas aconteça.

Assim que aprovados pelo Ibama, os planos de manejos serão colocados em prática por meio das Concessões Florestais, atividade regulamentada por meio da Lei nº 11.284, de 02/03/2006, de Gestão de Florestas Públicas,. Estima-se que após essas concessões obtenha-se uma área de 1.000.000,00 de hectares de área manejada (Flonas com Plano de Manejo em andamento).

Instalação de Centros de Capacitação em Manejo Florestal

Foi inaugurado, em 18 de dezembro de 2006, o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal – Cenaflor, localizado na sede do Ibama em Brasília, alcançando a meta prevista, que era de um centro instalado; Por meio do Cenaflor, apoiou-se a realização de duas oficinas para treinamento de técnicos no Incra em Manejo de Florestas em Assentamentos de Rio Branco e Santarém, além de atividade de pesquisa e desenvolvimento florestal.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

Este programa tem como objetivo conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, bem como promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado. As principais ações, com seus resultados em 2006, estão descritas a seguir:

Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

- Apoio, em parceria com outras ações do Ministério do Meio Ambiente, à realização da Oitava Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP8, da qual participaram 1.223 delegados, representando os governos de 163 países, e da Terceira reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP3, da qual participaram 114 governos, sendo 98 Partes do Protocolo de Cartagena e 16 Não-Partes, representados por 527 delegados. Das sessões de debate da Reunião de Alto Nível participaram 130 países – 45 representados por seus Ministros do Meio Ambiente e 85 por Vice-Ministros, Embaixadores ou Chefes de Delegação – e seis organismos internacionais representados por seus diretores. Na sessão de pronunciamentos em plenário, 88 países e 5 organismos internacionais informaram à COP sobre suas atividades para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. A COP8 adotou 34 decisões sobre os diversos itens de sua agenda. Já a MOP3 produziu 18 decisões;
- Lançamento do “Mapeamento da Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros”, que provê na escala 1:250.000 o

mapa da vegetação existente no Brasil;

- Conclusão do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio, o qual apoiou durante sua vigência o desenvolvimento de 144 subprojetos. Em 2006, os principais produtos obtidos deste apoio foram: a) mapeamento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros; elaboração de planos de manejo de espécies polinizadoras de espécies cultivadas; c) definição das espécies vegetais com potencial de uso econômico para a região Norte; d) mapeamento dos parentes silvestres das variedades locais de espécies cultivadas; e) avaliação dos efeitos das mudanças climáticas globais sobre a biodiversidade brasileira; e) definição da metodologia de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de corredores ecológicos; e f) divulgação de informações sobre espécies ameaçadas de extinção. Os resultados do desenvolvimento do Probio foram apresentados na publicação “*PROBIO: dez anos de atuação/10 years of activities*”; e
- Apresentação dos resultados da pesquisa de opinião pública “O que o Brasileiro pensa sobre Biodiversidade” e publicação do “Relatório dos Principais Resultados da 8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica – COP8 e da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança – MOP3”.

Proteção, Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora

- Realização do levantamento das espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual e potencial, utilizadas local ou regionalmente, chamado “Plantas para o Futuro”. A lista contém 775 espécies, sendo 255 espécies da Região Sul, 128 do Sudeste, 131 do Centro-Oeste, 162 do Nordeste e 99 da Região Norte. Como resultado desse trabalho, será elaborado e publicado, em 2007, um livro das “Plantas para o Futuro” para cada uma das cinco regiões geopolíticas do país;
- Realização de levantamento para identificação das instituições, incluindo os movimentos sociais e as organizações não governamentais, envolvidas com a conservação de recursos genéticos no país. Este projeto, em fase de finalização na Região Centro-Oeste, será expandido para as outras quatro regiões geopolíticas do país;
- Revisão da Lista das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, revisada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ibama;
- O Ministério do Meio Ambiente lançou o Fórum Brasileiro pela Extinção Zero, oportunidade em que foi assinado um Protocolo de Intenções visando a implementação no Brasil da Aliança Brasileira para a Extinção Zero, que pretende conjugar as capacidades técnicas, científicas, financeiras e políticas de organizações governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais em prol da formulação e implementação da Aliança; e
- Atingimento da meta física prevista, ou seja, conservação de 10 espécies ameaçadas.

Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras

Foi realizado um Informe Nacional sobre as Espécies Exóticas Invasoras, com dois Diagnósticos, sendo um sobre “Espécies Exóticas Invasoras Atuais e Potenciais” e outro sobre “Estrutura Existente no País para a Prevenção e Controle”. Esse trabalho está em fase final de editoração e será publicado em 2007; Foi, ainda, aprovada, no âmbito da Comissão Nacional de Biodiversidade - Conabio, a Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS (FLORESCER)

Este programa tem como objetivo prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros. O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal possibilitou um incremento de 82% no total de operações de fiscalização em relação a 2005, fortaleceu as parcerias com o Exército e com as Polícias Militares, Federal e Rodoviária Federal, e incrementou as Bases Operativas do Ibama, resultando sobretudo na queda de 30% nos índices de desmatamento na região.

Manutenção de Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Foram realizados 24 treinamentos em Queimada Controlada, (320 pessoas treinadas), bem como seis cursos de formação de Brigadas Voluntárias, os quais capacitaram 44 técnicos de instituições governamentais e não governamentais; adquiridos e distribuídos 300 *kits* de equipamentos de proteção individual - EPI e 40 *kits* de materiais de combate a incêndios florestais (bomba costal, abafador e pinga fogo) para o fortalecimento das brigadas mantidas; realizados cursos na área, a fim de capacitar técnicos, tais como: um curso com 28 participantes para formação de peritos em origem e causa de incêndios florestais; 60 cursos com 1713 participantes para formação de brigadistas em Unidades de Conservação - UCs; um curso para 18 servidores em utilização de moto bombas; um curso com 27 participantes para formação de instrutores; realizadas 12 reuniões técnicas com 27 coordenadores estaduais do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo); e elaborados 21 planos operativos de prevenção e combate a incêndios florestais nas Ucs, além da aquisição e distribuição de 1.200 *kits* de EPIs para brigadistas e 1.624 equipamentos/materiais de combate a incêndios e 07 veículos para as Ucs.

Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas

Para esta ação, houve o incremento no número de operações do Ibama de combate ao desmatamento e queimadas nos estados que compreendem a Amazônia Legal, incluindo a realização de ações conjuntas de fiscalização ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária, envolvendo diferentes órgãos (Ibama, Ministério da Defesa, Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Federal, Funai, Inera e Polícia Rodoviária Federal, além da Polícia Militar dos estados); foram, ainda, realizadas 158 operações de fiscalização, das quais se destacam: Anauá, Angelim, Machadinho, Ouro Preto, Kayabi, Preamar, Aço Preto, Novo Empate, Cone Sul e Kojima, realizadas em vários estados da Amazônia Legal; e lavrados 4.914 Autos de Infração referentes aos ilícitos contra a Flora, contabilizando o valor de R\$ 607.769.357,45 em multas aplicadas, o que corresponde ao desmatamento de uma área de 458.195,248 hectares de floresta nativa. Entre os bens apreendidos, relacionam-se: 240.296,479 m³ de madeira nativa, 107.155,936 ST de carvão, 128 moto-serras, 45 tratores, 201 caminhões, 27 embarcações e 7 motocicletas.

Prevenção e Controle de Desmatamento e Incêndios Florestais

Houve o incremento da área de monitoramento, abrangendo cerca de 5.217.423 km², o correspondente à Amazônia Legal; foi criada a Coordenação de Informações sobre Ilícitos Ambientais - COIN; foram disponibilizadas na internet informações ambientais, por meio do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais - Siscom (<http://siscom.ibama.gov.br>). Foi, ainda, intensificada a produção de mapas-guia de áreas desmatadas pelo Centro de Monitoramento Ambiental - Cemam do Ibama, tendo gerado mais de 4.800 indicativos de desmatamento para uso de fiscalização em campo; e fortalecida a cooperação entre instituições de pesquisa e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - Oemas envolvidos no monitoramento e análise das dinâmicas do desmatamento na Amazônia, como o compartilhamento de informações ambientais do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais – SLAPR, bem como a capacitação em geoprocessamento de 148 técnicos das Superintendências e Gerências Executivas do Ibama.

GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

Este programa visa coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e, ainda, a avaliação e controle dos programas da área de meio ambiente, com vistas a nova forma de atuação do Estado, em que o gerenciamento das ações governamentais assumem especial relevância na formulação de políticas públicas de Meio Ambiente. Resultados da ação selecionada:

Fortalecimento e aprimoramento da Fiscalização Ambiental

- Realização da Campanha Nacional contra a Biopirataria, com a distribuição de prospectos no aeroporto internacional Afonso Pena (Curitiba/PR), durante a chegada dos participantes da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), a fim de mostrar a presença do Ibama nos aeroportos e a defesa do patrimônio nacional;
- Suporte ao sistema de gestão de acesso ao patrimônio genético, em parceria com o Departamento de Patrimônio Genético, vinculado ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético do MMA;
- Negociação com a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero/DF) para implantação de

vigilância em aeroportos estratégicos;

- Capacitação/atualização de fiscais e parceiros abordando, dentre outros temas, conhecimentos acerca do controle do trânsito de produtos/subprodutos da fauna e flora em portos e aeroportos, resultando na formação de 134 fiscais ambientais, atualização de 87 fiscais ambientais e a capacitação de 32 servidores como fiscais-educadores-instrutores, além do treinamento de 49 policiais militares do Distrito Federal; e
- Fortalecimento da rede de comunicação entre os fiscais (Redipro), permitindo a socialização de informações de interesse direto à fiscalização. Esta iniciativa possibilitou o estabelecimento de normas e procedimentos capazes de otimizar os trabalhos e aumentar a eficácia da fiscalização, tornando viável a atualização do Manual de Fiscalização e a elaboração do Manual de Procedimentos para as Divisões de Controle e Fiscalização nas Superintendências e Gerências Executivas.

AGENDA 21

O objetivo do programa é promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. No ano de 2006, considera-se que os resultados foram acima do esperado. Avalia-se que grandes avanços foram obtidos em relação à prioridade dada para o nível local, principalmente na consolidação do entendimento da Agenda 21 local, como elemento estruturador de demandas e plataforma de apoio a outros programas finalísticos. Formou-se ampla rede de contatos e parcerias entre a equipe da Agenda 21 e os atores governamentais e da sociedade civil no nível local, por meio de seminários, oficinas e cursos de formação de multiplicadores. Isso com o objetivo maior de fortalecer as populações locais, para que assumissem o protagonismo na condução de seus processos de construção e implementação de Agendas 21 locais. Os resultados das principais ações em 2006 estão descritos a seguir:

Formação Continuada em Agenda 21 Local

- Priorização, além do previsto, das demandas de realização de cursos, sobretudo em áreas definidas como prioritárias pelo governo federal. Foram realizados eventos de formação que resultaram em 39 atividades, envolvendo 55 municípios e 1.170 participantes;
- Superação da meta física prevista, atingindo um total de 700 agentes formados, aproximadamente 6 vezes mais do que o esperado;
- Elaboração de Editais para construção de Agendas 21 Locais pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. Além de construir editais integrados com outros programas, a coordenação da Agenda 21 tem investido na qualidade dos projetos apresentados, visando o bom uso dos recursos públicos e a busca de melhores resultados. Também foram elaborados textos técnicos de orientação metodológica para monitoramento de projetos de Agenda 21 Local conveniados com o FNMA (editais 02/2003 e 03/2005), bem como uma proposta de “roteiro” para elaboração de projetos de Agenda 21.

Elaboração e Implementação das Agendas 21 Locais

Constata-se um avanço quanto à informação, conhecimento e entendimento dos conceitos e das etapas necessárias para os processos de Agenda 21, sobretudo em áreas determinadas como prioritárias pelo governo federal, em especial no âmbito do Plano BR-163 Sustentável e no Programa de Revitalização do São Francisco. As parcerias contribuíram para o alcance de bons resultados, fortalecendo os diversos setores, tais como: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - Agenda 21 Corporativa; Movimento da juventude e Agenda 21 na Escola; Ministério de Minas e Energia – Agenda 21 do setor mineral; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Agenda 21 do Vale do Ribeira; Incorporação da Agenda 21 no Programa de Economia Solidária; Criação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais por intermédio do Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente – FBOMS.

Observou-se, também, incremento no número das demandas e das consultas à Coordenação. Atualmente, o cadastro do MMA apresenta 678 processos de construção e implementação de Agendas 21 Locais, tanto em nível municipal quanto regional, dentre os quais, aproximadamente 100 (envolvidos cerca de 151 municípios), contam com apoio técnico e financeiro do MMA, a maioria proveniente do Fundo Nacional do Meio

Ambiente.

Destaca-se, também, a criação do Sistema de Acompanhamento de processos de Agendas 21 Locais. Trata-se de um banco de dados desenvolvido e implementado para reunir, organizar e armazenar informações sobre o andamento dos processos de Agendas 21 Locais de todo o Brasil e da criação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais. Por fim, a constata-se a superação da meta física prevista, implementando 27 Agendas 21 Locais.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

O objetivo do programa é melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental.

Em 2006, foi consolidada a tendência de 2005 de ampliação da capacidade do programa em atender o seu público alvo, assim como da sua nacionalização, tendo atuado nas Bacias dos Rios São Francisco, São Paulo e Paraná, além da região Amazônica. Foram estabelecidas parcerias com outros programas de governo, bem como a participação em espaços de elaboração de políticas públicas, destacando-se a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, neste exercício, consolidou-se o funcionamento de todas as Agências Implementadoras do Programa, as quais são entidades da sociedade civil que, em conjunto com a Coordenadoria de Agroextrativismo - CEX/MMA, viabilizam a execução das ações do Programa. Os resultados das ações em 2006 foram:

Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais

Apoio a três projetos, por meio de convênios com Organizações não-governamentais (Instituto de Pesquisas Ecológicas, Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental e Instituto Sócio-Ambiental), os quais estão em andamento;

Apoio às organizações das Comunidades Tradicionais

- Apoio a 48 projetos, promovendo o fortalecimento econômico e a organização social das comunidades extrativistas, tendo sido ultrapassada a meta prevista. Isto foi possível por se ter priorizado os projetos de menor porte; e
- Apoio à realização das atividades da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, a qual obteve como principal resultado a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, hoje em apreciação na Casa Civil. Tanto os projetos apoiados como a política elaborada são instrumentos importantes para a melhoria da qualidade de vida desses povos e comunidades, uma vez que fornecem condições para o seu desenvolvimento social e econômico, bem como orientam as ações públicas para esse conjunto social por meio dos parâmetros de desenvolvimento sustentável.

Fomento a projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto)

A Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do SNUC), reconheceu as Reservas Extrativistas - Resex e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Buscando implementar essa Lei, o Ibama criou, em maio de 2006, a Diretoria Socioambiental, tendo como princípio geral o apoio à gestão dessas Unidades, apoiando as reservas nos processos de criação, implantação e legalização dos conselhos deliberativos, construção e implementação do Plano de Manejo, além de apoiar ações que assegurem os direitos socioambientais das populações tradicionais beneficiárias dessas Unidades, como a repartição de benefícios;

Houve melhoria da produção de subsistência, por meio de tecnologias aprimoradas e projetos pilotos, como quintais domésticos, sistemas agroflorestais, beneficiando cerca de 2.000 famílias; aprimoramento do processamento e da comercialização dos produtos extrativistas tradicionais, tais como: óleos de copaíba, andiroba e castanha, difusão da Folha de Defumação Líquida – FDL, o que facilitou a mercadologia do látex de borracha, beneficiando cerca de 2.000 famílias; melhorias nos sistemas de armazenamento, transporte e comercialização; e

elaboração, aprovação e publicação do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes, o que favoreceu 7.500 famílias;

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

Este programa tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes. Os principais beneficiários do programa são as populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação. Os principais parceiros são: Ibama, Embrapa, Organismos Internacionais, ONGs, Funai, Universidades e Instituições de Pesquisa, Estados e Municípios. Resultados das ações essenciais em 2006:

Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação

- Ampliação do Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza em 11,026 milhões de hectares, resultante da criação de 22 novas Unidades de Conservação;
- Reconhecimento de quatro Mosaicos de Unidades de Conservação: um formado pelas unidades de conservação Costeiras e Marinhas do litoral sul do estado de São Paulo e litoral do estado do Paraná; o Mosaico Bocaina; Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense e o Mosaico Mantiqueira;
- Instituição do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas pelo Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, bem como a instalação da Comissão Coordenadora Nacional do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;
- Publicação do Caderno 3 da Série “Áreas Protegidas do Brasil: Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação”;
- Elaboração do Plano de Ação, visando a promoção do turismo nos Parques Nacionais inseridos no Programa de Visitação pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pela Portaria Interministerial nº 187, de 06 de junho de 2006; e
- Reformulação do sistema de gerenciamento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e inclusão de todas as unidades de conservação federais e cadastramento de órgãos gestores estaduais e municipais. O acesso da sociedade às informações do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação é realizado por meio da internet (www.mma.gov.br/cadastro_uc).

COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

As regiões brasileiras com climas semi-áridos e subúmidos secos abrangem parte dos estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, cobrindo uma superfície de 1.338.076,00 km². Este programa tem como objetivo geral estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e a execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD, tendo como foco a promoção do desenvolvimento sustentável, visando reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação. Instrumento de planejamento que define as linhas e as principais ações para o combate e a prevenção do fenômeno da desertificação, o programa tem como elementos-chave o combate à pobreza e às desigualdades sociais, aliados à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais. Dentre as obrigações dos países que ratificaram a Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - UNCCD, da qual o Brasil é signatário desde 1997, encontra-se a de elaborar e implementar Programas de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca nas regiões abrangidas por climas áridos, semi-áridos e subúmidos secos. Resultados da ação em 2006:

Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação

- Elaboração da “Estratégia de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas no Mercosul” durante a presidência Pro Tempore Brasileira, resultando na assinatura do Memorando de Entendimento do PAN-BRASIL e conseqüente esforço de cooperação de parceiros internacionais na implementação do programa;

- Realização do seminário “Construção do Programa de Formação à Distância para Educação Contextualizada nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD)”, em Campina Grande/PB, para discutir a temática “Combate à Desertificação, educação contextualizada e educação à distância”, contando com a participação de especialistas e educadores de todo país;
- Inauguração do Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (Nuperade) no município de Gilbués (PI). O Núcleo servirá de base para o desenvolvimento de pesquisas e divulgação de técnicas de manejo de solos e água em uma das áreas mais atingidas pelo fenômeno da desertificação no Brasil;
- Lançamento do Selo, Cartão Postal e Carimbo comemorativos do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação – IYDD e publicação da cartilha “Conhecendo o PAN-Brasil”;
- Apoio a 10 (dez) estados da Área Suscetível à Desertificação na preparação de convênios para elaboração dos respectivos Planos Estaduais de Combate à Desertificação; e
- Organização de três reuniões ordinárias do Grupo Ad Hoc de Luta Contra a Desertificação do Mercosul, resultando na elaboração da estratégia de combate à desertificação dos países do Mercosul.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

O programa tem como objetivo conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, bem como promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado. Resultados das ações em 2006:

Capacitação em Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados, e Capacitação em Combate à Biopirataria, e para a Conservação, Uso sustentável e repartição de benefícios

Foram capacitados 40 agentes de fiscalização, incluindo servidores do Ibama, do Departamento de Polícia Federal, da Funai e da Agência Brasileira de Inteligência, servidores do Ministério Público Estadual e de Secretarias Sociais e de Meio Ambiente de estados da Federação.

Foram apreendidas 6.942 amostras, entre animais vivos, mortos, folíolos vegetais e extratos de glândulas de insetos, resultado da parceria do Ibama com Correios e o Serviço de Remessas Postais Internacionais da Receita Federal (SERPI/IRF), a fim de coibir a biopirataria;

Houve, ainda, a criação, no Portal do MMA, de uma página na Internet com ênfase para a segurança dos Organismos Geneticamente Modificados - OGM, incluindo a legislação em vigor no país e artigos científicos, (www.mma.gov.br/biosseguranca).

Conservação das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção

Foram publicados três novos Planos Nacionais de Ação para Conservação e Manejo de Espécies Ameaçadas e acompanhadas as atividades de vinte e três Comitês e Grupos de Trabalho que assessoram o Ibama na elaboração e implementação de atividades voltadas para a Conservação e Manejo das espécies ameaçadas de extinção.

Licenciamento para Manejo de Espécies da Fauna com Potencial de Uso

Foram licenciados e vistoriados 1.300 estabelecimentos para manutenção e criação de fauna silvestre, o que representa a vistoria de 85% dos estabelecimentos registrados no Ibama, bem como adaptados e implantados os Sistemas informatizados de gerenciamento dos dados dos criadouros e dos zoológicos registrados no Ibama denominado SisFauna, ainda está em desenvolvimento.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS

O programa objetiva construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis. No exercício de 2006, o programa fortaleceu as bases para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, de modo a estruturar a constituição de um sistema nacional de educação ambiental, na perspectiva de possibilitar a instauração e manutenção de processos integrados de educação ambiental (EA) permanentes e continuados a envolver a totalidade da população brasileira.

Formação de Educadores Ambientais

Foi dado andamento a 144 processos de constituição de Coletivos Educadores no país, que atuam na implementação do Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais em suas bases territoriais, objetivando a formação socioambientalista do conjunto da população desses territórios. O salto quantitativo foi fruto principalmente do lançamento de uma Chamada Pública para mapeamento de potenciais Coletivos Educadores. Esse conjunto de processos envolve cerca de 900 instituições das mais variadas naturezas e um total de 800 municípios;

Foram implementados programas de formação setoriais, coordenados por outras áreas, tais como: o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do Sisnama, que em 2006 formou 6.866 gestores e conselheiros municipais e constituiu 119 grupos formadores em 12 estados; e a capacitação de representantes de 21 fundos socioambientais públicos ligados à Rede Brasileira de Fundos Socioambientais;

A Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do Ibama, por meio de parcerias, realizou Cursos de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, promoveu oficinas junto a educadores para análise e monitoramento de programas de Educação Ambiental exigidos como parte de condicionantes no processo de licenciamento ambiental e oficinas junto a analistas ambientais sobre metodologia para a formação de conselhos deliberativos de reservas extrativistas e gestão de recursos pesqueiros. Tais atividades resultaram na capacitação de 1.560 pessoas, entre integrantes das comunidades e técnicos. Segue quadro demonstrativo das ações de capacitação realizadas pelo Ibama, em 2006.

Item	Ações de Capacitação com comunidades e técnicos	Pessoas Capacitadas em 2006
01	Ações de capacitação com comunidades de contextos socioambientais diferenciados.	1142
02	Curso Capacitação sobre Gestão Ambiental Pública para Analistas Ambientais do IBAMA, parceria com a DIRAF.	118
03	Curso de Gestão de Recursos Pesqueiros para Analistas Ambientais (parceria CGREP/DIFAP).	77
04	Curso de Formação de Educadores para atuação com populações de contextos socioambientais diferenciados.	153
05	Oficinas de capacitação de Analistas Ambientais sobre metodologia para a Formação de Conselhos Deliberativos de RESEX.	70
TOTAL		1560

GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Este programa, que se caracteriza por seu teor estratégico para o fortalecimento da política e do gerenciamento dos recursos hídricos do país, tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos. O art. 29, I, da Lei 9.433/97 dispõe que compete ao Poder Executivo Federal “tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”, o que compreende, sinteticamente: definir as diretrizes e estratégias político-institucionais; elaborar e monitorar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; apoiar, articular e fortalecer a atuação do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, dos órgãos colegiados e demais entidades envolvidas; promover a articulação e o fortalecimento dos sistemas de gestão dos estados; estruturar os instrumentos de monitoramento e controle; propiciar a construção de um pacto federativo que promova a gestão dos recursos hídricos e a sua integração com a gestão ambiental e com o uso do solo; promover a articulação do Sistema, respeitando a diversidade do país, garantindo a participação e o efetivo controle social, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos nossos recursos hídricos. Resultados da ação em 2006:

Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Aprimorou-se a legislação e fortaleceu-se o processo de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, bem como o monitoramento e a avaliação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – SIAPREH;

Foram apoiados os Estados na construção de seus planos de recursos hídricos e implementadas ações relacionadas com educação ambiental, formação e capacitação em gerenciamento de recursos hídricos;

Houve, também, o apoio técnico à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, em andamento; apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, também em andamento;

Estruturou-se por completo o Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos – SIAPREH;

Verificou-se, ainda, o acompanhamento do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani com diversos estudos e ações, tais como: confecção do Mapa Base do Aquífero Guarani (191 cartas, na escala 1:250.000), Manual de Perfuração de Poços, levantamento de dados relativos ao estudo de hidrogeologia geral, termalismo e modelo regional (com o desenvolvimento do banco de dados de poços e entrega de relatórios geológicos);

Por fim, foi encaminhada proposta de Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, assinada pelo Brasil e Paraguai em 11/09/2006.

PROAMBIENTE

O Proambiente busca promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais. A proposta do programa inseriu nas pautas de discussão sobre as políticas ambiental e de desenvolvimento rural um instrumento inovador - o mecanismo de pagamentos por serviços ambientais. Permanece como desafio ao Proambiente capitalizar essa referência e sua experiência para propor as mudanças necessárias, de forma que a política ambiental brasileira possa fazer uso do potencial desta nova ferramenta. Uma discussão ampla é a forma de ganhar a legitimação da sociedade para este projeto, fortalecendo o princípio participativo na formulação de políticas e no processo de planejamento. Resultados das ações em 2006:

Implantação de Pólos do Proambiente

- Atendidas cerca de 3.150 famílias com visitas individuais de assistência técnica;
- Realizados 130 eventos de mobilização local, 25 cursos de capacitação em práticas produtivas sustentáveis e intercâmbios; 84 reuniões e oficinas de acompanhamento e planejamento participativo; e
- Apoio à implementação de pontos de conversão agroecológica de 1.768 famílias com enriquecimento dos quintais agroflorestais ou reservas legais, recuperação de áreas alteradas com plantio de leguminosas, recuperação de áreas de preservação permanente e implementação de quintais agroflorestais, coleta e intercâmbio de sementes leguminosas e de espécies nativas florestais, frutíferas, melíferas e medicinais; e o apoio à formação de 117.500 mudas de essências nativas florestais, frutíferas, melíferas e medicinais, à construção de seis casas de farinha comunitárias, à adequação de uma casa de mel, à implantação de 28 unidades demonstrativas de alternativas de diversificação produtiva, três unidades demonstrativas de manejo florestal, três de sistemas silvopastoris, três de sistemas agroflorestais e uma de agricultura biodinâmica.

Implantação de Unidades de gestão Ambiental Rural - Gestar

Foram beneficiadas cerca de 9.000 famílias, nos nove pólos do Gestar, de forma direta, por meio de 27 eventos de capacitação, assistência técnica, convênios, aquisição de equipamentos, assessoramento para

formação de associações e cooperativas; foram beneficiadas cerca de 15.000 famílias de forma indireta, por meio de ações de comunicação e projetos articulados; foram realizadas ações de caracterização institucional, permitindo uma visão das políticas relacionadas ao meio rural em cada pólo do Gestar, bem como ações de Avaliação Ambiental Integrada, que identificam os principais problemas socioambientais existentes, apontando soluções que se realizam de forma participativa; e foi ainda elaborado o Plano de Gestão Ambiental Rural, que identificou os principais projetos para a resolução de problemas, tais como: os projetos de recuperação de áreas degradadas e os de produção e renda das famílias assentadas no meio rural.

QUALIDADE AMBIENTAL - PROCONTROLE

O programa está contribuindo para reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente por meio de um maior número de licenças ambientais emitidas a cada ano, pelo maior número de Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL aprovados de forma a contribuir para o combate às mudanças climáticas, além do maior controle de substâncias que destroem a camada de ozônio.

Fomento a Projetos para a Melhoria da Qualidade Ambiental

Foram analisados 79 projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, dos quais 52 foram aprovados. O potencial de redução de emissões dessas atividades ultrapassa os quatro milhões de toneladas de CO² por ano.

Ocorreram avanços na implementação dos compromissos assumidos nas convenções de químicos ratificadas pelo Brasil, principalmente a Convenção de Estocolmo - CE sobre Poluentes Orgânicos Persistentes e a Convenção de Basileia - CB sobre o controle da movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos e outros resíduos e seu depósito. No caso da CE, o MMA buscou recursos em fundos internacionais, como o *Global Environmental Facility - GEF*, e obteve aprovação de três projetos, para proteção ao meio ambiente e à saúde humana. No âmbito da CB, o Brasil foi escolhido como país líder para a revisão das diretrizes técnicas para gerenciamento de pneumáticos usados.

Houve a participação na elaboração de normas técnicas voltadas para a regulamentação do uso de agrotóxicos de baixa toxicidade; e, na área de refrigeristas, foram capacitados 8.839 mecânicos, entregues 646 recolhedoras e recolhidos 1.755 kg de CFC12, na área de refrigeristas. E ainda, o Acordo de Cooperação Técnica com o núcleo Neenergia resultou na substituição de 5.513 refrigeradores que ainda funcionavam com CFC na região Nordeste. No setor de ar condicionado automotivo, foram distribuídas 335 máquinas e recicladas 1,17 toneladas de CFC. Os resultados esperados são os benefícios para a preservação da camada de ozônio com o recolhimento de CFC, redução de emissões que colaboram para o aquecimento global e economia mensal para as famílias, no pagamento da conta de luz.

Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes

Foram autuadas empresas importadoras de pneus usados que contrariaram as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama nº. 258/99 e 301/03, bem como a autuação de empresas encarroçadoras de ônibus, que funcionavam em desconformidade com a Licença para Uso da Configuração de Veículos Automotores – LCVM; houve o atendimento de denúncias cadastradas junto à Linha Verde/Ouvidoria do IBAMA; verificou-se a participação nas ações de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos ilegais em propriedades rurais no oeste do Paraná; foi prestado apoio técnico às ações de fiscalização de plantios de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs em Áreas de Proteção Permanente no Estado do Paraná; e efetuado levantamento das operações efetuadas pelas superintendências referentes ao Selo Ruído e ao Gás Natural Veicular (GNV), bem como o levantamento de laboratórios capacitados e credenciados para efetuar análise pericial de agrotóxicos e OGMs e o levantamento das unidades de recolhimento e recicladoras de embalagens vazias de agrotóxicos.

Licenciamento Ambiental Federal

Foi emitido um total de 278 licenças, englobando todas as modalidades e fases do licenciamento: 57 licenças de Energia, 111 de Transportes, 23 de Mineração, 50 de Petróleo, 28 de Nuclear e nove de outras licenças emitidas.

RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

O programa tem como objetivo promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação. No ano de 2006, foi aperfeiçoado o modelo de Gestão Compartilhada do uso dos recursos pesqueiros que busca o compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários (pescadores, armadores e industriais). Resultados da ação em 2006:

Fiscalização Ambiental das Atividades do Setor Pesqueiro

Foram fiscalizadas 2.840 Unidades de Produção Pesqueira - UPP nas diversas operações de fiscalização, visando o combate à pesca predatória e o controle do defeso (da lagosta, caranguejo e camarão), bem como as operações de rotina e as operações de defeso da piracema na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

Foram, ainda, mantidos os programas de apoio à atividade fiscalizatória do setor pesqueiro, dos quais destacam-se: a) Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS, implementado em conjunto com a Marinha do Brasil e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP); b) Programa Nacional de Fiscalização da Lagosta, que elaborou e apresentou o Plano Nacional de Fiscalização da Pesca de Lagostas (PNFPL), bem como possibilitou a operacionalização do Núcleo de Operações Aquáticas do Nordeste do Brasil (NAQUA/NE);

Foram realizadas operações de fiscalização da pesca de lagostas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, totalizando 765 Unidades de Produção Pesqueira - UPP fiscalizadas (embarcações pesqueiras, indústria de pesca, frigoríficos, pescadores profissionais – industrial e artesanal – e amadores etc.) com o apoio do NAQUA/NE.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

Trata-se de um programa de caráter multisetorial e descentralizado, cujo principal objetivo é planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando a gestão territorial do país. Materializa, por isso, a transversalidade requerida pelos programas e projetos de meio ambiente. No momento, o programa executa ações em áreas estratégicas e críticas e fornece apoio aos estados na execução de seus zoneamentos. Resultados da ação em 2006:

Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico

Encontra-se em fase de conclusão o Banco de Dados da Amazônia Legal, mediante ação inédita de incorporação das informações dos órgãos federais e dos zoneamentos realizados pelos estados que integram tal região. Pode ser consultado pelo site: www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/index.html. Está em fase de alimentação de informações o Banco de Dados da Bacia do Rio São Francisco.

Foi promovida articulação e sistematização do Banco de Dados da Bacia do Parnaíba já existente (ZEE do Baixo Rio Parnaíba, recorte para a bacia do cenário para o Bioma Caatinga) e geração de novos bancos (espacialização das políticas públicas, cerrados do Sul do Piauí e Atlas da Codevasf).

Encontra-se em processo de formalização a adesão pelos estados do bioma Caatinga, a fim de que seja elaborada a “Rede Virtual de Informações da Caatinga”. O objetivo é construir arranjos institucionais que possibilitem a articulação de distintos atores/instituições para gestão dos estados do nordeste a fim de viabilizar o ZEE, adotando mecanismos do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA.

Está em andamento a elaboração do Banco de Dados de Geocoturismo, o qual tem por objetivo organizar e sistematizar informações georeferenciadas de geocoturismo, a fim de prover aos órgãos governamentais, entidades privadas, pesquisadores e o público em geral um levantamento de oportunidades turísticas geocientíficas no território nacional.

Banco de Dados do MacroZEE Brasil: em parceria com o Consórcio ZEE Brasil, com elaboração técnica do IBGE. Tem por objetivo subsidiar uma visão sinótica do país a partir da integração das bases de dados existentes nos órgãos públicos. Foi lançada uma versão preliminar em DVD, em dezembro de 2005, na escala 1:5.000.000. Está programada uma atualização de dados, ampliando a escala para 1:1.000.000, a ser lançada em 2007.

**ANEXO - DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS REGIONAIS EFETUADAS EM 2006 – ESTADOS E MUNICÍPIOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

UNIDADE FEDERAÇÃO/PROGRAMA	TIPO DE TRANSFERÊNCIA (em R\$ mil)			TOTAL
	Voluntárias (*) aos Estados e ao DF (TIPO 5)	Voluntárias (*) aos Municípios (TIPO 5)	À entidades sem fins lucrativos (TIPO 6)	
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: ACRE				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	230	0	230
Nacional de Ecoturismo	113	0	0	113
Amazônia Sustentável	1.560	119	0	1.679
Programa Nacional de Florestas	200	0	0	200
Gestão da Política de Meio Ambiente	128	0	0	128
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	94	0	0	94
TOTAL	2.095	349	0	2.444
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: ALAGOAS				
Probacias	20	0	0	20
TOTAL	20	0	0	20
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: AMAZONAS				
Áreas Protegidas do Brasil	3.697	595	385	4.677
Amazônia Sustentável	0	477	0	477
Programa Nacional de Florestas	518	0	0	518
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	31	31
TOTAL	4.215	1.072	416	5.703
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: AMAPÁ				
Amazônia Sustentável	578	0	0	578
Gestão da Política de Meio Ambiente	105	0	0	105
Comunidades Tradicionais	79	0	0	79
TOTAL	762	0	0	762
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: BAHIA				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	97	0	202	299
Áreas Protegidas do Brasil	708	0	114	822
Nacional de Florestas	0	150	0	150
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	18	18
Gestão da Política de Meio Ambiente	194	0	0	194
Probacias	607	0	0	607
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	376	0	0	376
Qualidade Ambiental (RAP ação 6635 do prog 1349)	0	0	426	426
Resíduos Sólidos Urbanos	250	0	25	275
TOTAL	2.232	150	785	3.167
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: CEARÁ				
Nacional de Florestas	0	0	274	274
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	34	34
TOTAL	0	0	308	308
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: DISTRITO FEDERAL				
Áreas Protegidas do Brasil	300	0	18	318
Amazônia Sustentável	203	0	0	203
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – FLORESCER	300	0	115	415
Programa Nacional de Florestas	0	0	209	209
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	178	178
Gestão da Política de Meio Ambiente	0	0	101	101
Apoio Administrativo	0	0	1.199	1.199
Probacias	34	0	0	34
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	0	0	429	429
TOTAL	837	0	2.249	3.086
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: ESPÍRITO SANTO				
Gestão da Política de Meio Ambiente	246	0	0	246
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	756	0	0	756
Resíduos Sólidos Urbanos	0	100	0	100
TOTAL	1.002	100	0	1.102
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: GOIÁS				
Programa Nacional de Florestas	0	0	134	134
Gestão da Política de Meio Ambiente	95	0	0	95
Resíduos Sólidos Urbanos	0	364	0	364
TOTAL	95	364	134	593
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: MARANHÃO				
Programa Nacional de Florestas	0	0	140	140
TOTAL	0	0	140	140

UNIDADE FEDERAÇÃO/PROGRAMA	TIPO DE TRANSFERÊNCIA (em R\$ mil)			TOTAL
	Voluntárias (*) aos Estados e ao DF (TIPO 5)	Voluntárias (*) aos Municípios (TIPO 5)	À entidades sem fins lucrativos (TIPO 6)	
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: MINAS GERAIS				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	69	0	69
Áreas Protegidas do Brasil	67	0	0	67
Programa Nacional de Florestas	93	0	132	225
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	32	118	150
Gestão da Política de Meio Ambiente	253	75	0	328
Agenda 21	0	58	0	58
Probacias	0	0	139	139
Ciência, Natureza e Sociedade	319	0	0	319
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	1.900	8.000	0	9.900
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	1.438	2.356	243	4.037
Resíduos Sólidos Urbanos	0	143	72	215
TOTAL	4.070	10.733	704	15.507
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: MATO GROSSO DO SUL				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	0	63	63
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	0	0	184	184
Programa Nacional de Florestas	0	0	154	154
Gestão da Política de Meio Ambiente	80	0	0	80
Resíduos Sólidos Urbanos	0	482	0	0
TOTAL	80	482	401	963
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: MATO GROSSO				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	0	177	177
Amazônia Sustentável	3.176	987	0	4.163
Nacional de Florestas	0	0	388	388
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	22	22
Gestão da Política de Meio Ambiente	93	20	0	113
Agenda 21	0	151	0	151
TOTAL	3.269	1.158	587	5.014
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PARÁ				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	0	9	9
Áreas Protegidas do Brasil	0	0	5	5
Amazônia Sustentável	778	1.629	0	2.407
Nacional de Florestas	0	221	60	281
Gestão da Política de Meio Ambiente	0	0	104	104
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	0	22	0	22
TOTAL	778	1.872	178	2.828
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PARAÍBA				
Programa Nacional de Florestas	34	55	0	89
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	179	0	0	179
Resíduos Sólidos Urbanos	0	490	0	490
TOTAL	213	545	0	758
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PERNAMBUCO				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	25	0	25
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	0	0	46	46
Áreas Protegidas do Brasil	0	0	126	126
Programa Nacional de Florestas	0	0	59	59
Gestão da Política de Meio Ambiente	321	0	0	321
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido -CONVIVER	150	0	0	150
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	1.061	0	0	1.061
Resíduos Sólidos Urbanos	0	0	22	22
TOTAL	1.532	25	253	1.810
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PIAUÍ				
Programa Nacional de Florestas	0	0	76	76
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	83	83
Gestão da Política de Meio Ambiente	0	0	28	28
TOTAL	0	0	187	187
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: PARANÁ				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	0	56	56
Programa Nacional de Florestas	0	0	286	286
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	115	115
Gestão da Política de Meio Ambiente	0	0	16	16
Resíduos Sólidos Urbanos	0	1.523	0	1.523
TOTAL	0	1.523	473	1.996

UNIDADE FEDERAÇÃO/PROGRAMA	TIPO DE TRANSFERÊNCIA (em R\$ mil)			TOTAL
	Voluntárias (*) aos Estados e ao DF (TIPO 5)	Voluntárias (*) aos Municípios (TIPO 5)	À entidades sem fins lucrativos (TIPO 6)	
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RIO DE JANEIRO				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	0	125	125
Áreas Protegidas do Brasil	0	0	17	17
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	291	291
Gestão da Política de Meio Ambiente	0	0	36	36
Probacias	0	0	7.872	7.872
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	0	693	0	693
Resíduos Sólidos Urbanos	0	0	18	18
TOTAL	0	693	8.359	9.052
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RIO GRANDE DO NORTE				
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	42	42
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido -CONVIVER	150	0	0	150
Agenda 21	0	0	87	87
TOTAL	150	0	129	279
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RONDÔNIA				
Amazônia Sustentável	747	64	0	811
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	0	57	57
TOTAL	747	64	57	868
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RORAIMA				
Amazônia Sustentável	357	0	0	357
Programa Nacional de Florestas	0	70	0	70
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	59	0	59
TOTAL	357	129	0	486
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: RIO GRANDE DO SUL				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	0	69	69
Programa Nacional de Florestas	0	132	0	132
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	132	19	151
Gestão da Política de Meio Ambiente	0	0	109	109
Zoneamento Ecologico-Economico	0	0	97	97
Probacias	0	0	80	80
Comunidades Tradicionais	0	0	162	162
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	0	1.462	0	1.462
Qualidade Ambiental	0	0	68	68
TOTAL	0	1.726	604	2.330
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SANTA CATARINA				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	0	0	100	100
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	0	115	23	138
Gestão da Política de Meio Ambiente	354	0	59	413
TOTAL	354	115	182	651
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SERGIPE				
Gestão da Política de Meio Ambiente	40	0	0	40
TOTAL	40	0	0	40
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SÃO PAULO				
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	15	14	288	317
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	0	0	239	239
Áreas Protegidas do Brasil	31	0	31	62
Nacional de Florestas	0	0	418	418
Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade	12	0	264	276
Gestão da Política de Meio Ambiente	265	72	115	452
Probacias	0	0	9.984	9.984
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos	0	0	75	75
Comunidades Tradicionais	0	0	130	130
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	0	100	0	100
Resíduos Sólidos Urbanos	200	240	0	440
TOTAL	523	426	11.544	12.493
UNIDADE DA FEDERAÇÃO: TOCANTINS				
Programa Nacional de Florestas	0	70	167	237
Agenda 21	0	24	0	24
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	0	0	49	49
TOTAL	0	94	216	310
TOTAL GERAL	23.371	21.620	27.906	72.897

(*)convênios e contratos de repasse

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
1102 Agenda 21	GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA		
Objetivo:	Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável		
4921 (A) ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AGENDAS 21 LOCAIS			
Produto: Agenda implementada	Físico 25,00	27,00	108,00 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 558.526	467.912	83,78 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) <p>Esclarecemos, mais uma vez, a necessidade de alteração da unidade de medida do produto desta ação: Agenda implementada para Agenda elaborada; considerando que a métrica de desempenho do Programa deve se pautar pela importância da consertoção do território promovido pelo processo de implementação da Agenda 21. Ou seja, o processo de construção da Agenda 21 gera uma estruturação de demandas representada pelo Plano Local de Desenvolvimento Sustentável que o seu atendimento se desdobra em melhor eficiência e eficácia na implementação da oferta de programas por parte do Governo Federal, gerando um significativo resultado do ponto de vista do contribuinte. A metodologia de implementação da Agenda 21 Local parte do princípio que os principais e mais relevantes atores socioeconômicos do território venham a se organizar na forma de um Fórum, assumindo o protagonismo inicial e a condução do processo de construção da Agenda 21 Local. Essa mesma metodologia leva esses atores a formularem um entendimento comum acerca dos problemas, potencialidades e vocação desse território. Isso significa o estabelecimento de entendimentos comuns daquilo que precisa ser superado e daquilo que precisa ser potencializado no local. Posteriormente, a par desse entendimento comum, é construída uma visão de futuro, tb em comum, que servirá de orientação e definição do objetivo pretendido da implementação do desenvolvimento local sustentável, por meio da Agenda 21 Local. Definido a visão de futuro, estruturaram-se eixos estratégicos e ações necessárias encadeadas temporariamente, constituindo, dessa forma, o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável. Nesse sentido, o PLDS é uma estruturação de demandas decorrente da estruturação do território que o seu atendimento das ações individuais nela contidas, traz um impacto muito maior, caso estivesse sendo atendida sem essa estruturação. A isso nós chamamos a sinergia de implementação das ações do Plano. Todo esse processo é acompanhado tecnicamente por parte do Ministério, mediante visitas técnicas e troca de experiências. Entendemos que o ciclo de vida da implementação de um PLDS de uma Agenda 21 Local ocorre em aproximadamente de 10 a 15 anos, o que o torna como uma métrica de desempenho incompatível com o período do PPA, sendo que um dos principais produtos que trazem resultados do ponto de vista do contribuinte é estruturação de demandas que se desdobram em maior impactos de resultados em menor custo.</p> <p>O Programa Agenda 21 possui a ação conjunta de fomento com o FNMA. O princípio básico da Agenda 21 é a parceria entre diferentes setores da sociedade assim, o relacionamento, a troca com diferentes instituições é constante na realização das ações do programa. Nota-se, entretanto, sérias dificuldades dos parceiros no que se refere a capacidade técnica e recursos financeiros. Em seus cursos de capacitação o Programa procura minorar essas dificuldades incluindo esses parceiros nas atividades específicas.</p>		
4913 (A) FOMENTO A PROJETOS DE AGENDAS 21 LOCAIS			
Produto: PROJETO APOIADO	Físico 3,00	0,00	0,00 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 560.000	47.624	8,50 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA (0001) <p>Não houve execução financeira para os três convênios previstos (número Siasi: 523542, 517385 e 516998). Apesar de ter sido empenhado o valor total de R\$47.624,00 nesta ação, nada foi pago.</p> <p>Os motivos pelo não pagamento são: em relação ao convênio 523542, não foi apresentada a Prestação de Contas Fiscal, e, por este motivo, não pôde ser liberada a 3ª parcela; em relação ao convênio 517385, não foi enviada a Declaração Periódica de Gastos referente à 1ª parcela, exigida pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente para liberação da 2ª parcela; já em relação ao convênio 516998, foi enviada a Prestação de Contas Fiscal incompleta da 1ª parcela e nenhuma Declaração Periódica de Gastos da 2ª parcela, condicionantes para liberação da 3ª parcela.</p> <p>Mesmo assim, os convênios estão sendo executados no que se refere à parte física.</p>		
4910 (A) FORMAÇÃO CONTINUADA EM AGENDA 21 LOCAL			
Produto: Agente formado	Físico 120,00	700,00	583,33 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 432.453	325.985	75,38 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) <p>Os resultados alcançados foram acima do esperado sobretudo pela realização de parcerias com diferentes Ministérios e Instituições.</p> <p>A metodologia de construção e implementação da Agenda 21 tem como premissa fundamental a participação dos diferentes setores que compõem a sociedade local. Nesse sentido, desde a abordagem inicial e durante todo o processo de construção, a Agenda 21 trabalha com mecanismos que envolvem diferentes atores sociais. A metodologia de construção e implementação da Agenda 21 também procura envolver em seu processo as comissões e conselhos que reúnem governo e sociedade civil, como por exemplo comitês de bacias hidrográficas, conselhos de meio ambiente e fóruns de educação ambiental.</p>		
0502 Amazônia Sustentável	GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA		
Objetivo:	Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais		
6072 (A) DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS SOBRE O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)			
Produto: Prática difundida	Físico 14,00	14,00	100,00 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 3.717.424	2.259.795	60,79 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) <p>Dos R\$ 3.717.424,10, R\$ 2.500.000,00 eram recursos de doação ao AMA (acordo RFT 021962). Não foram utilizados R\$ 1.315.000,00, visto que o orçamento foi superestimado.</p>		
6061 (A) FOMENTO A PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)			

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
0499 Áreas Protegidas do Brasil	GERENTE: JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO		
Objetivo:	Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes		
0884 (OE) APOIO À CRIAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO			
Produto: PROJETO APOIADO	Físico 20,00	22,00	110,00 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 3.872.000	2.256.092	58,27 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) <p>A execução física da ação superou a previsão, apesar do contingenciamento de recursos que não permitiu a execução de 100% dos recursos financeiros.</p> <ul style="list-style-type: none"> Jardim Botânico na Localidade de Cágado - Maracanauá - CE - Ministério do Meio Ambiente (0072) 		
Produto: PROJETO APOIADO	Físico 90,00	109,00	121,11 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 4.498.834	4.093.511	90,99 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) <p>O número de projetos apoiados pelo Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA tem período de execução de um a três anos, os números que constam na execução física correspondem aos projetos contratados e em execução.</p> <p>Do montante dos recursos previstos na LOA (R\$4.498.834,00), R\$3.937.498,00 estão destinados à Ação 6065 - Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia (Pró-Várzeas), executado pelo Ibama. Recursos esses transferidos pela Fonte 195.</p> <p>Desse valor destinado ao Pró-Várzeas, R\$400 mil são referentes à contrapartida do Governo Brasileiro (R\$250 mil estão contingenciados), R\$2 milhões referentes ao pagamento do PNUD e R\$1.537.498,00 referente ao contrato com o Banco do Brasil (destinado a desembolsos a fundo perdido a projetos).</p> <p>Percebe-se que, por um erro de alocação de recursos nas devidas ações, que ao PDA (Ação 6061) é destinada a quantia de R\$561.336,00 e ao Pró-Várzeas (Ação 6065) R\$3.937.498,00 do total previsto na LOA.</p> <p>Do total destinado ao PDA, R\$283.890,00 é referente ao pagamento de salários, hospedagens e diárias de servidores temporários do Subprograma, e também, para obrigações patronais. Ambos os gastos tem tem saída pela SPOA do MMA, a qual faz seu empenho. Até o mês de novembro, R\$256.210,00 já foram empenhados (cerca de 90% de execução). Os outros R\$277.446,00 são destinados ao PNUD, dos quais, até o mês de novembro foram utilizados R\$100 mil (cerca de 36% de execução). Os R\$177.446,00 restantes foram contingenciados.</p> <p>No âmbito da Ação 6061 temos a execução de recursos financeiros previstos na fonte 195 que não são inseridos no SIAFI. Tal situação está respaldada no Acordo de Cooperação Financeira Oficial Alemanha-Brasil, vigente desde julho de 1995 (Decreto Legislativo nº109, publicado no Diário Oficial de 18 de setembro de 1995) e no Contrato de Contribuição Financeira entre o Banco Alemão (KW) e o Banco do Brasil, datado de 06 julho de 1995. A forma de operação desses recursos se dá por meio de repasse direto dos recursos do KW aos beneficiários finais, por meio de contrato, via Banco do Brasil. Considerando o exposto, informamos que no período de janeiro a novembro de 2006 também foram realizados o montante de R\$ 14 milhões não contabilizados pelo SIAFI.</p>		
6065 (A) FOMENTO AO MANEJO DE RECURSOS NATURAIS DE VÁRZEAS NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)			
Produto: área manejada	Físico 2.000,00	221.421,00	1.071,05 %
Unidade de Medida: ha	Financeiro 1.600.000	1.600.000	100,00 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Na Região Norte - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0010) <p>Dos recursos previstos no LOA na ação PDA (6061), R\$3.937.498,00 foram destinados a ação 6065. Desse valor R\$ 400 mil estavam previstos como contrapartida, R\$ 250 mil foram contingenciados e foram liberados apenas R\$ 150 mil em novembro que foram utilizados para pagamento das taxas do PNUD. Dos demais R\$3.537.498,00, foram executados R\$1.669.144,00 para apoio de projetos via Banco do Brasil e os demais R\$ 1.848.354 ficaram como restor a pagar de 2006, pois utilizamos R\$ 903.180,88 dos restos a pagar de 2005.</p>		
6064 (A) FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)			
Produto: área manejada	Físico 50.000,00	7.500,00	15,00 %
Unidade de Medida: ha	Financeiro 1.980.000	1.731.356	87,44 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Na Região Norte - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0010) <p>Os recursos financeiros gastos efetivamente pelo Projeto e comprovados no SIAFI foram comprovados na rubrica de restos a pagar do exercício 2005, cujo valor orçamentário é de R\$ 3.241.777,00. Deste total, já foram executados até novembro de 2006 R\$ 1.209.172,70 (um milhão duzentos e nove mil, cento e sessenta e dois reais e setenta centavos). Há ainda despesas a ainda não comprovadas à SEAIN/Doador e portanto ainda não está contabilizado no SIAFI, no valor de R\$ 294.451,03 (duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais. O montante de recursos executado do orçamento 2006 foi de R\$ 84.695,20 (oitenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), e mais R\$ 44.768,12 (quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e oito reais e doze centavos) de recursos do KW já empenhados em 2006 porém ainda não gasto. O valor quase integral da execução financeira de dezembro (R\$ 1.731.356) foi colocado em resto a pagar 2006 para ser utilizado no exercício de 2007. A execução financeira não integral do orçamento de 2006 decorre do fato que (i) os recursos executados no ano de 2006 pelo Projeto estão sendo contabilizados em restos a pagar 2005, (ii) atrasos na aprovação do orçamento de 2006, que compromete a execução das despesas executadas pelo Ibama, (iii) número reduzido de servidores no CENAFOR - Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal, que executa parte das ações do componente 2 e 3 do Projeto e que hoje dispõe de somente dois servidores lotados, sendo a demanda atual de trabalho de cinco analistas a ser suprida com a chamada de 305 novos servidores do concurso de maio/2005. Além desses fatores, o significativo valor de restos a pagar do exercício 2005 resultou na não utilização do orçamento 2006. O alto valor do orçamento 2006 decorre do fato que a definição do mesmo foi feita no início de 2005 (março/2005), o que não permitiu que se fizesse uma programação orçamentária mais adequada considerando a necessidade de recursos para 2006 a partir de análise dos recursos financeiros não comprometidos no orçamento de 2005.</p> <p>No que diz respeito à baixa execução física à meta física do ProManejo está superestimada, já que temos a estimativa de devermos atingir 70.000 ha de áreas anuais de manejo implantadas por comunidades e empresas durante os seis primeiros anos de apoio do ProManejo. A estimativa é que mais 8000 ha sejam implantados pelos quatro novos projetos implantados - Projeto de Manejo Florestal Comunitário na Flona do Tapajós cuja estimativa é implantar 800 ha de Manejo durante os anos de 2006 a 2008, 3 anos que receberão apoio do ProManejo. Adicionalmente, está programado implantar mais 2.200 ha de manejo nas áreas de reserva legal dos projetos de Ordenamento Florestal na Reserva Extrativista Verde para Sempre (Porto de Maz, Pará) e nos Assentamentos PDS do INCRA (Anapu e Santarém- Pará) e durante os anos de 2006 e 2007. Justifica-se também uma meta inferior daquela inicialmente programada pelo fato do cálculo do Projeto para estimar a área sob manejo é feita com base nos anos em o projeto desenvolvido pelas comunidades empresas recebem recursos do ProManejo. Ex. Se projeto foi apoiado durante 3 anos pelo ProManejo e nesses anos implantou 500 ha de manejo em cada ano, a área estimada pelo ProManejo para cálculo da meta física do PPA total para esta iniciativa é de 1500 ha.</p>		
0499 Áreas Protegidas do Brasil	GERENTE: JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO		
Objetivo:	Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes		
0884 (OE) APOIO À CRIAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO			
Produto: PROJETO APOIADO	Físico 20,00	22,00	110,00 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 3.872.000	2.256.092	58,27 %
Comentários:	<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) <p>A execução física da ação superou a previsão, apesar do contingenciamento de recursos que não permitiu a execução de 100% dos recursos financeiros.</p> <ul style="list-style-type: none"> Jardim Botânico na Localidade de Cágado - Maracanauá - CE - Ministério do Meio Ambiente (0072) 		

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:			
<ul style="list-style-type: none"> No Estado de Goiás - Ministério do Meio Ambiente (0052) O convênio com os municípios para a criação de unidades de conservação não foi firmado devido a inconsistências técnicas nos projetos apresentados pelos municípios. Parque Zoológico - Afenas - MG - Ministério do Meio Ambiente (0066) O projeto não foi entregue em tempo hábil para a realização de convênio no exercício de 2006. Parna Imbuira - Nossa Senhora do Socorro - SE - Ministério do Meio Ambiente (0056) Os recursos para esta ação foram contingenciados Hortolândia - SP - Ministério do Meio Ambiente (0070) O convênio não foi realizado porque o projeto não foi aprovado pela CONJUR MMA Rondonópolis - MT - Ministério do Meio Ambiente (0038) O convênio com o município de Rondonópolis não foi realizado porque o município não apresentou o projeto ao MMA. 			

6068 (A)	CAPACITAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA O ECOTURISMO	Físico	380,00	120,00	31,58 %
Produto:	PROFISSIONAL CAPACITADO	Físico	380,00	120,00	31,58 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	488.896	469.781	96,09 %
Comentários:					
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) A previsão dos dados físicos foi alterada, considerando que os recursos orçamentários definidos na LOA foram menor do que inicialmente planejados 					

101V (P)	IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS	Físico	300,00	120,00	40,00 %
Produto:	Corredor implantado	Físico	300,00	120,00	40,00 %
Unidade de Medida:	ha	Financeiro	22.534.842	13.224.992	58,69 %
Comentários:					
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) O ORÇAMENTO DA UNIÃO FOI LIBERADO NO FINAL DE MAIO/2006, FALTANDO RECURSOS EM INVESTIMENTO O QUE NÃO PERMITIU FAZER CONVÊNIOS COM OS EXECUTORES NO MÊS DE JUNHO/2006. TODOS OS CONVÊNIOS FORAM EFETIVADOS NOS MESES DE NOVEMBRO E DEZEMBRO, EM VIRTUDE DO PERÍODO ELEITORAL. LEMBRAMOS QUE O EXECUTOR TEM PARTICIPAÇÃO COM RECURSOS PRÓPRIOS NA ORDEM DE 20%, EM MÉDIA, DO TOTAL DO PROJETO. 					

1080 Combate à Desertificação GERENTE: JOÃO BOSCO SENRA
Objetivo: Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação

09HF (OE)	APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO NAS ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO	Físico	3,00	3,00	100,00 %
Produto:	ESTADO APOIADO	Físico	3,00	3,00	100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	718.880	398.449	55,43 %

Comentários:

- Na Região Nordeste - Ministério do Meio Ambiente (0020)
- 1º Trimestre
- Realização de visita técnica às áreas de abrangência do Programa de Desenvolvimento Hidroambiental - PRODHAM no Estado do Ceará, com o objetivo de avaliar a pressão demográfica e a degradação ambiental nas terras secas e úmidas.
- Reunião em Fortaleza com agricultores locais e representantes da Secretaria de Recursos Hídricos e da Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará para discutir as principais ações implementadas pelo PRODHAM e propor a elaboração de um componente de combate à desertificação no âmbito do Pró-Água Nacional com apoio da GTZ, IICA, ANA, Ministério da Integração Nacional, Codevasf, BNB e DNOCS.
- Realização, em Curitiba, em 30 de março, do Side Event "Strategic Alliance between the Convention on Biological Diversity and the Convention to Combat Desertification: Advances and Challenges" com a participação da ministra do Meio Ambiente e dos Secretários Executivos da Convenção de Diversidade Biológica e de Combate à Desertificação. O evento contou com aproximadamente 130 participantes. Foi definido que deve-se reforçar a implementação de uma estratégia especial de comunicação do PAN-Brasil no ano de 2006, Ano Internacional de Combate à Desertificação (decretado pela Organização das Nações Unidas), já que o Brasil foi destacado pelos secretários da Convenção como uma liderança na implementação de ações de combate à desertificação junto aos países membros da UNCCD (Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação).
- 2º Trimestre
- Realização do Seminário "Construção do Programa de Formação à Distância para Educação Contextualizada nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD)", em Campina Grande/PB no período de 17 a 19 de abril/06. O objetivo do seminário foi discutir pontos relevantes acerca dos temas "combate à desertificação, educação contextualizada e educação a distância", com vistas à construção das bases do Programa de Formação à Distância para Educação Contextualizada nas ASD. O evento contou com a participação de 205 especialistas e educadores de todo país, especialmente dos nove estados nordestinos, além de Minas Gerais e Espírito Santo.
- Participação, em 09 de maio, em dois seminários no Estado do Espírito Santo, nos municípios de Colatina e Santa Venêcia, que reuniram 130 e 180 pessoas, respectivamente, com vistas a discutir com as comunidades locais, prefeituras e Governo do Estado, a elaboração do Plano Estadual de Combate à Desertificação.
- Apoio a 10 Estados da Área Suscetível à Desertificação na preparação de convênios para elaboração dos respectivos Planos Estaduais de Combate à Desertificação.

3º Trimestre

Realização, em Brasília (DF), em 26 e 27 de julho, da Reunião de Validação do II e III Relatório Nacional sobre a Elaboração e Implementação do PAN-Brasil para a UNCCD.

A reunião contou com 38 participantes e teve como objetivo discutir e consolidar o II e III Relatório Nacional sobre a Elaboração e Implementação do PAN-Brasil para a UNCCD.

A pauta foi:

- Apresentação da minuta do II e III Relatório Nacional;
- Proposta de metodologia para a discussão do Relatório.
- Discussão e consolidação do Relatório

Realização de reunião do Grupo Ad Hoc LCD Mercosul (I REUNIÃO ORDINÁRIA GRUPO AD HOC DE LUCHA CONTRA LA DESERTIFICACION Y LA SEQUIA) entre os dias 24 e 25 de agosto de 2006, no Palácio do Itamaraty, em Brasília (DF).

A reunião, que contou com 13 participantes de 6 países (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Chile), teve como objetivos:

- a elaboração de estratégias para o programa de Ação Sub-regional MERCOSUL,
- a elaboração do termo de referência para a contratação do Consultor para

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:			
<ul style="list-style-type: none"> auxiliar na elaboração do Programa de Ação Sub-regional MERCOSUL, a elaboração da Proposta do Mapa de vulnerabilidade à Desertificação no âmbito dos Países do MERCOSUL. 			

Resultados:

Foram elaboradas as estratégias para o programa de Ação Sub-regional do MERCOSUL, o termo de referência para a contratação do Consultor para auxiliar na elaboração do Programa de Ação Sub-regional MERCOSUL; e a proposta do Mapa de vulnerabilidade à Desertificação no âmbito dos Países do MERCOSUL.

Realização de Oficina de Trabalho, nos dias 04 e 05 de setembro, para apresentação, discussão e aprimoramento da versão preliminar do Programa de Combate à Desertificação - Proqgua Semi-Árido - Antidesertificação, no Centro de Treinamento do IBAMA, em Brasília (DF). O evento reuniu cerca de trinta pessoas representantes de órgãos governamentais estaduais, ONGs e instituições federais.

A dinâmica da oficina permitiu a discussão e o encaminhamento de diversas questões referentes ao Proqgua Semi-Árido, dentre as quais a estruturação das áreas de atuação do programa, com a definição daquelas que devem ser mantidas e a identificação de outras a serem alteradas; a avaliação da capacidade técnica para desenvolvimento dos trabalhos nos núcleos; a análise dos subcomponentes propostos para projetos; e o levantamento e apresentação de sugestões sobre o Sistema de Gestão do Programa.

4º trimestre

Realização da II Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Ad Hoc de Luta Contra a Desertificação do Mercosul, entre os dias 9 e 12 de outubro, em Porto Alegre (RS), com 15 participantes.

A reunião permitiu um significativo avanço na elaboração da estratégia de combate à desertificação dos países do Mercosul e possibilitou a ampliação do debate sobre os processos de desertificação e arenização junto à comunidade acadêmica e organizações não-governamentais do Rio Grande do Sul.

Inauguração do Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradadas e Combate à Desertificação (NUPERADE) no município de Gilbuês (PI) em 28 de novembro, com a presença do governador do Estado, da ministra do Meio Ambiente, de representantes dos ministérios da Integração Nacional (MIN) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Secretário de Recursos Hídricos do MMA, do prefeito, entre outras autoridades.

O NUPERADE foi criado em 02 de julho de 2003 pelo Governador do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (SEMAR/PI), com base no projeto elaborado pela Fundação AGENTE para o Desenvolvimento do Agronegócio e Meio Ambiente.

O Núcleo de Pesquisa possui 53 hectares, localizado a cinco quilômetros da sede do município de Gilbuês, na margem da BR-135. A sede do Núcleo, construída com apoio do Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, dispõe de um auditório com capacidade para 50 pessoas, residência do morador/vigia, poço tubular e energia elétrica. A parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento propiciou a aquisição do mobiliário necessário para o funcionamento do NUPERADE.

O Núcleo foi construído em uma das áreas mais atingidas pela erosão, o extremo sul do estado do Piauí, um dos quatro núcleos de desertificação no Brasil.

Realização de Seminário Comemorativo de Encerramento do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação (International Year of Deserts and Desertification - IYDD), em 01/12/2006, em Brasília/DF.

Resultados: Foram apresentados os resultados obtidos pela Missão Internacional em visita às instituições brasileiras envolvidas na implementação do PAN-BRASIL.

Realização da III Reunião Ordinária do Grupo Ad Hoc de Luta Contra a Desertificação do Mercosul, nos dias 7 e 8/12/2006, em Brasília/DF, com 10 participantes.

Resultados: Revisão e consolidação da proposta de Estratégia de Combate a Desertificação do Mercosul que deverá ser submetida à apreciação e aprovação dos ministros de Meio Ambiente do países do bloco. Foi elaborada também agenda tentativa para as atividades do Grupo de Trabalho Ad Hoc de Luta Contra a Desertificação do Mercosul para o próximo ano.

Está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3.549/04, que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação.

Foi elaborada também pelo Estado de Minas Gerais - Ministério do Meio Ambiente (0031).

Apoio técnico à elaboração do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação.

Custeio do trabalho de articulação da equipe da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação da SRH/MMA buscando envolver a participação do Estado de Minas Gerais na implementação do PAN-Brasil.

A ação teve execução financeira de 21,84% em função da troca da fonte 142 (Compensações financeiras pela exploração de petróleo ou gás natural) pela fonte 300 (Recursos ordinários - Exercícios anteriores) por determinação da Controladoria Geral da União, e em decorrência de contingenciamento de recursos orçamentários da SRH/MMA.

Apesar disso, as metas físicas foram atingidas em função de parcerias articuladas junto a IICA, GTZ, Banco do Nordeste, DNOCS, CODEVASF, OEA e ministérios da Educação (MEC) e da Integração Nacional (MIN).

1145 Comunidades Tradicionais GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA
Objetivo: Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental

0778 (OE)	APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	Físico	29,00	54,00	186,21 %
Produto:	organização apoiada	Físico	29,00	54,00	186,21 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	1.703.474	1.703.473	100,00 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)
- Os recursos realizados até o mês abril foram utilizados para gastos administrativos, tais como pagamento de pessoal contratado temporariamente, pessoal terceirizado e obrigações patronais. Estes técnicos realizaram atividades rotineiras do Programa, como, análise de projetos, análise de solicitações de remanejamentos de recursos, análise em prestação de contas e relatório técnicos de execução física dos projetos, orientações gerais às entidades que possuem projetos em execução, participação em eventos relacionados com o público alvo do programa, organização de capacitações em prestação de contas, dentre outros.
- Os recursos realizados em julho foram comprometidos com o apoio a 10 projetos aprovados.
- Os recursos realizados em agosto foram utilizados para impressão de materiais gráficos e editoriais relacionados com o apoio ao agroextrativismo, cujo gestor foi a Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Administração-SPOA.
- Dos recursos realizados em outubro, novembro e dezembro, R\$ 519.693,67 foram comprometidos com o apoio a 44 projetos. Do restante, R\$ 364.817,34 foram utilizados para pagamento de salários e de benefícios para os técnicos contratados temporariamente. Estes realizaram as atividades descritas acima. Mesmo tendo sido realizado nas atividades fisas apenas 45% do recurso total, foi possível ultrapassar a meta física estabelecida, pois apoiou-se projetos com valores de menor porte.

6087 (A)	FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS	Físico	2,00	0,00	0,00 %
Produto:	PROJETO APOIADO	Físico	2,00	0,00	0,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	825.000	567.282	68,76 %

Comentários:

- Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA (0001)
- Não houve execução nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio, tendo em vista a não aprovação do orçamento 2006.
- Em junho e julho pagamento de salários de pessoal temporário que executam atividades relacionadas com a ação.
- Pretende-se realizar novo convênio logo após a vedação da lei 9.504/97 - Período eleitoral.

6070 (A) FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO AMBIENTAL DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
Produto:	Reserva apoiada	Físico 4,00	4,00	100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 5.300.000	5.300.000	100,00 %

Comentários:

- Na Região Norte - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0010) Projeto Resex II em fase de revisão final.

0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos GERENTE: JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Objetivo: Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado

4978 (A) CAPACITAÇÃO EM BIODIVERSIDADE DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS, EM COMBATE A BIOPIRATARIA, E PARA CONSERVAÇÃO, USO SUSTENTÁVEL E REPARTIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DERIVADOS

Produto:	Técnico capacitado	Físico 60,00	40,00	66,67 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 859.827	708.791	82,43 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Capacitação de 40 pessoas envolvidas no combate a biopirataria no Estado do Acre, entre analistas ambientais do IBAMA, policiais federais, agentes da FUNAI, agentes da ABlN, agentes estaduais.

2934 (A) CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO

Produto:	Espécie beneficiada	Físico 40,00	123,00	307,50 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 1.279.919	1.154.262	90,18 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)

2B07 (A) FOMENTO A PROJETOS DE CONSERVAÇÃO, USO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Produto:	PROJETO APOIADO	Físico 95,00	93,00	97,89 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 18.797.901	8.072.218	42,94 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) O Probio está sendo finalizado e é esperado que o número de projetos apoiados diminua durante este ano de 2006. A meta de apoiar 40 projetos prevista na LOA não será atingida pois, da carteira total de projetos apoiados pelo Probio (144), restaram apenas 24 para finalizarem suas ações em 2006. Os dois Projetos previstos para serem a execução iniciada durante 2006 (Probio II e GEF Mangues) ainda não tiveram os acordos de doação assinados e, sendo assim, a execução ainda não foi iniciada. Quanto aos recursos previstos na LOA havia a previsão da entrada dos recursos internacionais de cerca de R\$ 6 milhões, como as doações não se concretizaram a execução financeira foi prejudicada, também.
- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) limitações administrativas na descentralização não permitiram 100% de execução.
- Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA (0001) A ação 2B07 do Programa 0508 teve como dotação orçamentária na LOA 2006 o valor de R\$ 4.700.928,00, sendo que inicialmente foram previstos 20 projetos a serem apoiados. Esses projetos foram orçados tendo como valor médio R\$ 235.046,40 valor esse correspondente a média de 3 anos que o concedente descentraliza ano por ano. Como o orçamento é anual, os valores previstos a cada ano no plano de trabalho somente serão descentralizados com relação ao orçamento do ano correspondente. Assim, a execução física dos projetos ultrapassou ao que foi previsto na LOA, pois os valores correspondente ao ano (exercício financeiro) são em média equivalente a um terço do valor de cada projeto e ainda, foram feitos remanejamentos de valores diminuindo os inicialmente propostos como forma de garantir o atendimento a todos convênios existentes e como forma também de viabilizar um gasto com maior eficiência. A execução orçamentária 2006 desta ação contemplou 44 projetos, entre termos aditivos de alocação de recursos e novos convênios assinados no exercício. A execução teve no exercício o início tardio tendo em vista a publicação da lei somente em 17/05/2006. Verifica-se também uma maior execução após setembro devido ao período de vedação eleitoral e substituição de fonte constante da lei pela Portaria nº 29, de 21/09/2006 da Secretaria de Orçamento Federal, publicada em 22/09/2006.

- No Estado do Acre - Ministério do Meio Ambiente (0012)

2975 (A) LICENCIAMENTO PARA MANEJO DE ESPÉCIES DA FAUNA COM POTENCIAL DE USO

Produto:	Estabelecimento licenciado	Físico 657,00	535,00	81,43 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 1.300.000	1.241.767	95,52 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Não foi atingido 100% da meta da ação pois parte do orçamento foi executado na Sede, Superintendências e Centros Especializados com a finalidade de permitir o andamento das pesquisas realizadas, bem como atender as atividades da ação com pagamento de despesas referentes ao funcionamento/manutenção dessas unidades, sem os quais dificultariam seu andamento para se atingir as metas alcançadas.

6007 (A) MONITORAMENTO E CONTROLE DE ESPÉCIES INVASORAS

Produto:	Espécie manejada	Físico 30,00	13,00	43,33 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 577.000	511.481	88,64 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)

Anexo

44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
Três espécies estão sendo monitoradas a partir deste ano, no que diz respeito aos impactos causados à biodiversidade e ao meio ambiente de um modo geral. A ação continua para identificação e monitoramento de outras espécies de ocorrência de grande impacto à biodiversidade em âmbito nacional.				
• Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)				

2976 (A) PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE ESPÉCIES DA FLORA

Produto:	Espécie conservada	Físico 10,00	10,00	100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 600.000	381.542	63,59 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)

0498 Desenvolvimento Sustentável do Pantanal GERENTE: SÍLVIO RICARDO DA CÂMARA CANTO

Objetivo: Promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema

2B76 (A) APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA BACIA DO ALTO PARAGUAI

Produto:	PROJETO APOIADO	Físico 20,00	0,00	0,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 1.170.000	972.919	83,16 %

Comentários:

- No Estado do Mato Grosso - Ministério do Meio Ambiente (0051) Foram destinados recursos financeiros para apoiar o IBAMA na implantação do Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS; para conclusão de Planos de Manejo de Unidades de Conservação no Pantanal e conclusão da pesquisa sobre recursos pesqueiros no Pantanal.
- No Estado do Mato Grosso do Sul - Ministério do Meio Ambiente (0054) Houve transferência de recursos financeiros para atender o Convênio nº 440001572006/00005, estabelecido com a Fundação Educacional de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Econômico de São Gabriel do Oeste - MS, para reforma e ampliação de viveiro da flora nativa, uma vez que este município integra a Bacia do Alto Taquari, sendo esta uma das mais críticas da Bacia do Alto Paraguai - BAP. A execução está em fase de licitação.
- Foram repassados recursos ao IBAMA para atender demandas relativas a obras e equipamentos em Unidades de Conservação no Pantanal.

0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis GERENTE: SÍLVIO RICARDO DA CÂMARA CANTO

Objetivo: Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis

4932 (A) FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS

Produto:	PESSOA FORMADA	Físico 4.688,00	2.650,00	56,53 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 2.799.242	1.645.938	58,80 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Os beneficiários diretos da ação estão envolvidos na implementação de Coletivos Educadores, que são articulações de instituições com atuação no campo da educação e comunicação ambiental, educação popular e mobilização social com a responsabilidade de planejar, executar e avaliar processos educacionais, definidos por meio de um Programa Territorial de Educação Ambiental, dirigido à formação socioambientalista do conjunto da população de um determinado território. Os Coletivos Educadores, na sua concepção, são instâncias interlocutoras do poder público, com o papel de articular a implementação das políticas públicas federais, estaduais e municipais na sua dimensão educacional e de participação e controle social, trabalhando a educação como meio de formação de sujeitos e organizações politicamente engajados na construção da sustentabilidade de seus territórios de vida. Essa ação está sendo implementada em diferentes territórios e setores, conforme especificado no campo "Informações de situação". Assim, compreende-se, em vista da continuidade do processo educativo e do desenho desta ação, que as pessoas contabilizadas estão tendo o seu processo de formação ocorrendo durante o processo de integração na constituição das comunidades de aprendizagem dos Coletivos Educadores, e a sua formação será continuada nas demais etapas de execução desta ação. Como este processo ocorre de maneira capitalizada, onde as instituições articuladoras de coletivos dialogam e articulam-se com outras instituições, o número de pessoas envolvidas no processo de constituição dos coletivos extrapola a previsão inicial.
- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Fevereiro/2006: Parte do recurso financeiro disponibilizado à Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA-CGEAM foi utilizado em atividades de apoio às ações de capacitação/formação de Educadores Ambientais, através da participação em OFICINA sobre Educação Ambiental (EA) no licenciamento das atividades de exploração e escoamento de petróleo e gás natural, no período de 20 a 22 de fevereiro de 2006 em Conservatório-RJ. Este evento foi planejado e conduzido pela CGEAM/IBAMA junto com o Escritório de Licenciamento de Petróleo - ELPN/IBAMA. Seu objetivo foi discutir, com técnicos e dirigentes da Petróbras, um redirecionamento dos Projetos de EA em curso na Bacia de Campos e a implementação de um Programa de EA que congregue e articule esses projetos. O Referido evento foi patrocinado pela PETROBRAS e insere-se no contexto das atividades de Educação Ambiental no licenciamento.

Março/2006: Parte do recurso financeiro foi utilizado em atividades de apoio ao XXI Curso de Introdução à Educação no Processo de Gestão Ambiental, realizado no Centro de Treinamento da Eletronorte-UHE Tucuruí/PA, período de 09 a 25 de março de 2006 e carga horária de 154 horas. Este curso é resultado de parceria com a ELETRONORTE que patrocinou o evento. Foram capacitados 39 técnicos de órgãos ambientais, de saúde e de educação, empresas estaduais dentro outros, relacionados a seguir: Eletronorte, Ibama, SEMASA-Breu Branco/PA, Secretaria Municipal de Educação-Novo Repartimento/PA, Secretaria Municipal de Agricultura de Breu Branco/PA, SEMED-Novo Repartimento/PA, UHE Tucuruí/CPA/PA, NUVE-Nova Ipixuna/PA, SEPLAN-Novo Repartimento/PA, SEMED-Itupiranga/PA, SEMAS-Nova Ipixuna/PA, SEMMA-Itupiranga/PA, Prefeitura Municipal de Tucuruí/PA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente/PA, Secretaria Municipal de Saúde/PA, Secretaria Municipal de Saúde-Itupiranga/PA, SEMEC-Golanésia do Pará/PA, Polícia Militar do Estado do Pará/PA e Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará/PA. O referido curso é decorrente de aprovação no Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA, pelo Presidente da República, em 1994. A fim de cumprir as determinações do referido Programa, foi elaborado pela equipe de educadores do Ibama o documento "Diretrizes para Operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental", que define as linhas de atuação do Ibama na área. Nesse documento já se previa a necessidade da formação continuada de educadores e gestores ambientais. Ainda, segundo a Lei nº 9795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e o Decreto nº 4.281/02, que a regulamentou, a Educação Ambiental, no Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA, para cumprir o seu papel de instrumento de gestão, deve ser praticada em articulação com atividades como conservação da biodiversidade, zoneamento ambiental, licenciamento, gerenciamento costeiro, manejo sustentável de recursos ambientais, gestão de recursos hídricos, ecoturismo, gerenciamento de resíduos e outros. Isto significa que o processo educativo deve ser desenvolvido com os grupos sociais diretamente envolvidos com as atividades de gestão ambiental, objetivando a sua participação na prevenção de problemas ambientais. Desde 2000, as ações de capacitação estabelecidas pelo Prona passaram a integrar o Programa de Educação Ambiental no Plano Plurianual 2000/2003-PPA, do Governo Federal. Iniciado em 1997, o curso continua sendo implementado até o momento e conta com recursos orçamentários do PPA 2004/7 - Programa Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e linha de ação: Formação de Educadores Ambientais.

A Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ibama (CGEAM) utilizou ainda parte do recurso financeiro em atividades também de apoio às ações de capacitação/formação de Educadores Ambientais, através de REUNIÃO com os técnicos do Escritório de Licenciamento Ambiental-ELPN/IBAMA, do Núcleo de Educação Ambiental (NEA/RJ), do Escritório Regional de Campos/RJ, da Reserva Biológica de União/RJ e da Área de Proteção Ambiental-EPAN de Cairacú/RJ com o propósito de organizar atividades de mobilização preparatória para Audiência Pública relativa a empreendimento da Petróbrás (perfurção na Bacia de Campos e Termo de Ajuste de Conduta-TAC). A reunião foi realizada no período de 15 a 17 de março de 2006, no Rio de Janeiro/RJ.

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:			
Abril/2006: As informações referentes à movimentação de recursos físicos e financeiros, referentes aos mês de abril que devem ser registradas até o dia 15 de maio de 2006 não foram realizadas em virtude da greve dos servidores do IBAMA iniciada no dia 04 de maio de 2006.			
a) Parte do recurso foi utilizado para custear despesas de deslocamento e diárias ao servidor Elísio Márcio de Oliveira para participar de reunião com o Comitê Assessor do Grupo Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, no dia 05 de abril de 2006, em Curitiba-SC e ministrou ainda, Mini-Curso sobre a Formação de Gestores e Educadores para atuar na Gestão Ambiental Pública para aproximadamente 50 congressistas, no V Congresso IBERO Americano de Educação Ambiental, em Joinville-SC, no dia 06 de abril de 2006;			
b) Parte do recurso foi utilizado em ações/atividades de apoio, com o objetivo de custear despesas de deslocamento e diárias ao servidor Patrício Melo Gomes que atuou como professor do Minicurso de Educação Ambiental no Ordenamento Pesqueiro do V Congresso IBERO Americano de Educação Ambiental, no período de 05 a 10 de abril de 2006, em Joinville-SC;			
c) Parte do recurso foi utilizado em ações/atividades de apoio ao V Congresso IBERO Americano de Educação Ambiental para custear despesas de deslocamento e diárias à servidora Elisabeth Eriko Uema que atuou como professora do Mini-curso sobre Educação Ambiental e Licenciamento para 50 pessoas e também participou de reunião com os Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA presentes, em Joinville-SC, no período de 05 a 08 de abril de 2006;			
d) Parte do recurso foi utilizado com o propósito de subsidiar e dar apoio às ações/atividades para redimensionamento do Projeto "Educação Ambiental e Mobilização Social nos Municípios Ribeirinhos do Rio São Francisco/Sergipe-SE, através do custeio de despesas com diárias e passagem aérea à servidora Maria Magnólia Barros Lins. As reuniões foram realizadas em Aracaju/SE, nos dias 10, 11 e 12 de abril e contou com a presença dos Coordenadores do Núcleo de Educação Ambiental do Ibama de Alagoas/AL e Sergipe/SE, técnicos da Diretoria de Ecossistemas-DIREC/IBAMA, técnicos do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente-DEA/MMA e do Programa de Revitalização do São Francisco-PRSF/MMA.			

Maio/2006: O IBAMA permaneceu em greve até o dia 02 de junho de 2006. Por isso, as informações sobre movimentação de recursos físicos e financeiros não foram registradas em tempo hábil.

a) Parte do recurso foi utilizado em ações/atividades de apoio e para custear as despesas de deslocamento e diárias do servidor Patrício Melo Gomes, no período de 09 a 12 de maio de 2006, no estado do Rio de Janeiro que participou de reunião com o Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional da Tijuca-RJ (PARNA Tijuca-RJ), com os membros indicados para compor o Conselho Consultivo do PARNA e com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas- IBASE. Dentre os objetivos desse evento, destaca-se a necessidade de nivelamento e capacitação dos membros para comporem o citado Conselho. Ressalte-se que o IBASE é uma entidade de renome e notório saber em assuntos e assessoramentos a movimentos sociais contratada para este fim. E, participação no Seminário para discutir o que foi constatado no "Mapa de Riscos Sócioambientais do estado do Rio de Janeiro-RJ" promovido pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE e que contou ainda com a presença do Núcleo de Educação Ambiental do Rio de Janeiro - No Estado de Santa Catarina - Ministério do Meio Ambiente (0042)

• Jaboatão dos Guararapes - PE - Ministério do Meio Ambiente (0056)

0511	Gestão da Política de Meio Ambiente	GERENTE: SÍLVIO RICARDO DA CÂMARA CANTO BOTELHO
Objetivo:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente	
6037 (A)	FORTALECIMENTO E APRIMORAMENTO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	
Produto:	Unidade fortalecida	Físico 12,00 10,00 83,33 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 2.506.014 2.457.489 98,06 %
Comentários:		
• Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)		
Os recursos executados no primeiro semestre foram empregados principalmente nas atividades de manutenção das Unidades de Fiscalização já existentes. Em março/2006, foi realizada uma campanha nacional contra a Biopirataria, com a distribuição de folders no aeroporto internacional Afonso Pena - São José dos Pinhais (Curitiba/PR), durante a chegada dos participantes da COP 8, com o fim de mostrar a presença do IBAMA nos aeroportos e a defesa do patrimônio nacional. Ao longo do ano de 2006, destacam-se as seguintes atividades: suporte ao sistema de gestão do acesso ao patrimônio genético, em parceria com o DPQ/CIGEM/MMA; parceria da DIOF/IBAMA/SP com a ECT/SP para realização de trabalho conjunto; negociação com a Infraero/DF para implantação de vigilância em aeroportos estratégicos; e capacitação de fiscais para o controle do trânsito de produtos/subprodutos da fauna em portos e aeroportos.		

0497	Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	GERENTE: JOÃO BOSCO SENRA
Objetivo:	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos	
2039 (A)	FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	
Produto:	Política estabelecida	Físico 1,00 1,00 100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 2.564.424 2.169.814 84,61 %
Comentários:		
• Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Primeiro Trimestre 2006		
1) Atividades contínuas referentes à formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Apoio aos Estados:		
Participação nas reuniões dos colegiados do SINGREN nos quais a SRH é membro titular. Comitê de Bacia Hidrográfica: do Paraíba do Sul, do Verde Grande, do Piracicaba, Capivari e Jundiá e do Paranaba. Conselhos Estaduais: Rio de Janeiro e Espírito Santo. Participação em reuniões com a coordenação do Fórum Nacional de Comitês. Coordenação de reuniões com as equipes técnicas dos estados de Alagoas, Tocantins e Espírito Santo visando definir o Termo de Referência de seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos. Acompanhamento do trabalho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para viabilizar a elaboração dos respectivos Planos Estaduais. Acompanhamento do trabalho de desenvolvimento dos Planos Estaduais nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Acompanhamento dos trabalhos do fundo setorial CT Hidro, por meio de reuniões técnicas e de reuniões do Comitê Gestor desse Fundo para definição dos trabalhos a serem contratados em 2006. Participação nos trabalhos coordenados pelo MMA sobre capacitação nos municípios e educação ambiental, como o CISEA. Participação no GT Interministerial coordenado pelo Ministério das Cidades sobre capacitação em saneamento. Participação em GT Interministerial Decreto 5440, que trata sobre dados de qualidade da água consumida, cujo objetivo é estruturar e definir as ações de governo para a implementação do mesmo. Participação em diversos GTs do MMA e Interministeriais. Emissão de Notas Técnicas visando posicionamento da SRH quanto aos diversos Projetos de Lei, referentes a Recursos Hídricos, em tramitação no Congresso Nacional. Emissão de Notas de Viabilidade Técnica em diversos Projetos enviados à SRH. Realização de vistorias "in loco" nas obras objeto de convênios da SRH com diversas entidades (municípios, associações, etc) e emissão de pareceres técnicos para instrução dos mesmos.		
2) Atividades Pontuais referentes à formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Apoio aos Estados:		

Participação de dois CDs, fruto do trabalho conjunto com o CT-Hidro e o Fórum dos Comitês de Bacia: Ecorregiões Aquáticas e Gerenciamento de Recursos Hídricos e Zona Costeira, sendo que o primeiro foi apresentado e lançado na COP 8.

Lançamento do Prêmio de Jornalismo Doccol/MMA em Joinville durante o V Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental.

Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com os Estados do Espírito Santo e Tocantins, para apoio técnico à estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos daqueles Estados.

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
-----------	-------------------------	--------------------	---------

3 - ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

- Sistema Aquífero Guarani - SAG
Política de gestão e proteção do SAG;
Divulgação de informações relativas ao SAG;
Planejamento Institucional e participação social na gestão do SAG;
Monitoramento e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com os estados de abrangência do SAG - Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
Reuniões para discussão e reavaliação do SAG;
Reuniões de discussão e consolidação do documento Análise Diagnóstico Transfronteiriço (ADT) - documento que busca a identificação e avaliação dos problemas ambientais mais importantes (temas críticos) e determinar suas causas diretas, indiretas e raízes, bem como as ações para mitigá-las. No fim do processo será produzido um documento de consenso entre os quatro países.
Realização de Curso de Arc Gis 9.0 - Com a finalidade de apresentar e treinar os estados na utilização do Mapa Base do SAG - Goiânia - 23 a 24 de março.

- Programa Internacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos Subterrâneos Transfronteiriços (International Shared Aquifer Resources Management Programme) - Programa ISARM
Apoio as ações do projeto ISARM no âmbito do Brasil;
Apoio na elaboração da publicação sobre Aquíferos Transfronteiriços das Américas pela UNESCO;

- Projeto Aquífero Pantanal
Em fase de pré configuração e implementação de ações para criação do programa;

- PAS - Programa de Águas Subterrâneas
Política de Gestão e Proteção das Águas Subterrâneas - consolidação de questionários a serem enviados aos estados, universidades e companhias de saneamento para um retrato da situação da política de águas subterrâneas nos Estados.
Participação do Grupo de Trabalho do CONAMA - Elaboração de resolução de Classificação de Águas Subterrâneas.
Participação em reuniões da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, com destaque para a discussão sobre procedimentos integrados de gerenciamento de águas subterrâneas e águas minerais;
Renovação e inserção de informações no site do programa no MMA.

4 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Apoio a montagem de seminário na Bacia do Rio Acre.
Participação na Câmara Técnica de Recursos Hídricos Transfronteiriços do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Abril/06

1) Atividades contínuas referentes à formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Apoio aos Estados:

Coordenação de reuniões com as equipes técnicas dos estados de Alagoas e Espírito Santo visando definir o Termo de Referência de seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos.
Acompanhamento do trabalho nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para viabilizar a elaboração dos respectivos Planos Estaduais.
Acompanhamento do trabalho de desenvolvimento dos Planos Estaduais nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
Acompanhamento dos trabalhos do CT Hidro, por meio de reuniões técnicas e de reuniões do Comitê Gestor desse Fundo para definição dos trabalhos a serem contratados em 2006.
Participação em trabalhos coordenados pelo MMA sobre capacitação nos municípios e educação ambiental, como o CISEA.

Participação no GT Interministerial coordenado pelo Ministério das Cidades sobre capacitação em saneamento.
Participação em GT Interministerial: Decreto 5440 cujo objetivo é estruturar e definir as ações de governo para a implementação do decreto.
Participação em diversos GTs do MMA e Interministeriais.
Emissão de Notas Técnicas visando posicionamento da SRH quanto aos diversos Projetos de Lei, referentes a Recursos Hídricos, em tramitação no Congresso Nacional.
Emissão de Notas de Viabilidade Técnica em diversos Projetos enviados à SRH.
Realização de vistorias "in loco" nas obras objeto de convênios da SRH com diversas entidades (municípios, associações, etc) e emissão de pareceres técnicos para instrução dos mesmos.

2) Atividades Pontuais referentes à formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e Apoio aos Estados:

Participação de evento sobre desenvolvimento científico na região do Pantanal organizado pela Embaixada Holandesa com vistas a apresentação de proposta à Comunidade Europeia.

3) Atividades referentes a articulação, formulação e desenvolvimento de políticas e projetos referentes às águas subterrâneas - Programa de Águas Subterrâneas

3.a) Atividades gerais, contínuas
-articulação com os estados, em especial os da região Norte, com vistas ao desenvolvimento do Programa de Águas Subterrâneas, sub-programa Aspectos Legais e Institucionais;
-articulação para ação em parceria e coordenada entre as instituições da União;
-emissão de Notas e Pareceres Técnicos sobre projetos, ações e demandas diversas relacionadas às águas subterrâneas.

3.b) Atividades referentes a organização e/ou participação em eventos de águas subterrâneas em geral
-reuniões para concepção e elaboração de projeto e organização para realização do workshop nacional "Instrumentos para Gestão de recursos Hídricos Subterrâneos";
-participação no 1º Seminário Latino Americano de Monitoramento de Águas Subterrâneas, onde foi proposta a criação de uma Comissão Especial de Ações para o monitoramento das

0506	Nacional de Florestas	GERENTE: JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO
Objetivo:	Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada	

6242 (A)	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL PARA A PRODUÇÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL		
Produto:	Agricultor assistido	Físico 20.000,00 10.140,00 50,70 %	
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 7.075.496 5.777.213 81,65 %	

Comentários:

• Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)
Nessa ação foi descentralizado o valor de R\$ 4.886.543,00 para o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA a fim de atender os Editais Mata Atlântica (R\$ 1.127.290,00), Caatinga (R\$ 337.671,00), Cerrado (R\$ 1.262.353,51) e de Recuperação e Proteção das Nascentes (R\$ 2.039.228,49). Por meio desses editais, apoiou-se projetos nos estados de Roraima, Pará, Acre, Tocantins, Paraíba, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Piauí, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.
Por meio do Edital Mata Atlântica, foram realizados 10 convênios, que têm assistido 4.000 agricultores familiares nos Estados do Ceará, Bahia, Rio de Janeiro,

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:			
Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Há 11 convênios em andamento pelo Edital Caatinga, que assistem 3.100 agricultores familiares em todos os Estados daquele bioma e 160 técnicos (nível médio) capacitados para a difusão da assistência. O Edital Cerrado possui 25 convênios em andamento, 2.200 agricultores familiares assistidos em todos os Estados do Cerrado e 320 técnicos capacitados para a difusão da assistência. Por meio do Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d'água, foi iniciado o processo de recuperação e conservação de 760 nascentes, 330 ha de áreas ciliares recuperadas, e estão sendo assistidos 840 produtores rurais em adequação ambiental das propriedades, além da população rural/urbana abastecida com água de melhor qualidade nas áreas de abrangência da proposta. Ressalta-se que a meta estipulada contemplava a execução do Edital Pronaf Florestal Amazônia que tem a previsão de assistir 4.000 agricultores ao longo de 4 anos. No entanto, o repasse de recursos do Programa Nacional de Florestal - PNF para o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA só ocorrerá no ano de 2007 para a formalização de 44 convênios. O atraso no repasse ocorreu porque as instituições ainda estão atendendo as condicionantes e recomendações propostas pela Câmara Técnica do Edital. Além disso, foi empenhado o valor de R\$ 750.000,00 para a realização do convênio com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas - AFLORAM para apoio ao fortalecimento da assistência técnica florestal no Estado do Amazonas. No projeto, pretende-se intensificar as atividades de promoção ao manejo florestal e a retirada legalizada de madeira, principalmente nas áreas de Apuí e Humaitá, que compõe o chamado "Arco do desmatamento". Será feito um programa de assistência técnica e capacitação florestal, além da aquisição de equipamentos que agregam valor à madeira no mercado, e instalação de um centro de treinamento em manejo florestal. E foi repassado R\$ 140.669,92 para apoiar o projeto BRA/00/021 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como salvaguardar o patrimônio biológico brasileiro para as gerações futuras, por meio de ação específica.			

4950 (A) CAPACITAÇÃO EM ATIVIDADES FLORESTAIS

Produto:	PESSOA CAPACITADA	Físico	540,00	634,00	117,41 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	1.631.604	1.602.213	98,20 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)

Foi empenhado o valor de R\$ 1.121.648,25 para pagamento de pessoal temporário, incluindo benefícios assistenciais, auxílio alimentação e de transporte. Descentralizou-se também o valor de R\$ R\$166.854,00 para o FNMA para atendimento dos projetos do Edital Cerrado nos estados da Bahia, Pernambuco, e Mato Grosso do Sul. Além disso, dispendeu-se R\$ 7.538,96 em serviços gráficos, na fabricação de pastas, folders, blocos de notas, etiquetas e crachás para o PNF, com intuito de auxiliar as reuniões da Comissão Nacional de Florestas - CONAFLORE. E foi repassado R\$ 212.793,28 para apoiar o projeto BRA/00/021 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, que tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como salvaguardar o patrimônio biológico brasileiro para as gerações futuras, por meio de ação específica. Atendeu-se ao convênio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no valor de R\$ 33.376,49, no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos, para Implementação do Corredor Central da Amazônia no âmbito do Estado do Amazonas. Foram realizados dois eventos de capacitação de técnicos da Bacia do Rio São Francisco para a elaboração de projetos de Recuperação da Cobertura Vegetal Arbórea. Os treinamentos foram efetuados por técnicos do Programa Nacional de Florestas - PNF, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), EMBRAPA Milho e Sorgo, com a colaboração do setor privado (Associação Mineira de Silvicultura - AMS) e Ministério Público -MG. Participaram dos eventos 140 pessoas. Em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica-OTCA, Agência Brasileira de Cooperação-ABC/MRE e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE, foi realizado também o Seminário Panamazônia II: "Capacitando especialistas para monitorar a cobertura vegetal da Amazônia Sul-americana", com o objetivo de transferir métodos e ferramentas para o monitoramento da floresta e da hidrologia do domínio panamazônico. Participaram do evento 14 representantes de países da América do Sul. Por meio dos editais Caatinga e Cerrado, foram capacitados 480 técnicos para difusão de assistência técnica a pequenos agricultores rurais. É uma das metas do convênio firmado com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas - AFLORAM, de apoio ao fortalecimento da assistência técnica florestal no Estado do Amazonas, a coordenação de uma agenda de treinamentos em manejo florestal.

2943 (A) CONTROLE E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES FLORESTAIS E DESMATAMENTOS

Produto:	autorização concedida	Físico	1.200,00	1.200,00	100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	1.800.000	1.581.338	87,85 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)

O resultado foi atingido de forma satisfatória nos primeiros cinco meses com 1225 autorizações concedidas devido à seqüência das atividades realizadas no âmbito do Plano de Combate ao desmatamento iniciadas no final do ano de 2005 com a contratação de Engenheiros Florestais. A grande maioria das autorizações foi emitida na área de abrangência das ações do Plano de Combate ao Desmatamento.

7598 (P) INSTALAÇÃO DE CENTROS DE CAPACITAÇÃO EM MANEJO FLORESTAL

Produto:	centro instalado	Físico	1,00	1,00	100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	97.500	0	0,00 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)

A obra iniciada em 2005 do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal - CENAFLORE, localizada na sede do IBAMA em Brasília, foi inaugurada no dia 18 de dezembro de 2006. O limite orçamentário para essa ação foi de apenas R\$ 97.500,00 estava previsto para ser utilizado após a finalização da obra, para equipar o Centro para funcionamento. No entanto, a obra foi encerrada somente no final do ano de 2006. Por meio do CENAFLORE, apoiou-se a realização de duas oficinas para treinamento de técnicos do INCRA em Manejo de Florestas em Assentamentos de Rio Branco e Santarém. É uma das metas do convênio firmado com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas - AFLORAM, de apoio ao fortalecimento da assistência técnica florestal no Estado do Amazonas, a instalação de um centro de treinamento em manejo.

6735 (A) MANEJO DE FLORESTAS PÚBLICAS

Produto:	Área Florestal Manejada	Físico	250.000,00	0,00	0,00 %
Unidade de Medida:	ha	Financeiro	4.826.780	2.365.571	49,01 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)

Por meio dessa ação foram realizadas despesas, no valor de R\$ 414.690,48, com contratação de pessoa física por tempo determinado, terceirizados, benefícios assistenciais, auxílio alimentação e auxílio transporte. Foi descentralizado o valor de R\$ 145.196,00 para o FNMA para atendimento do Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:			
corpos e cursos d'água em projetos no Estado da Paraíba e Bahia; e repassado R\$ 149.924,54 à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, para atender o Projeto UTF BRA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas. Atendeu-se o projeto de Monitoramento por dados de Satélites da Exploração Florestal na Amazônia, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, no valor de R\$1.532.800, com o objetivo de definir e implementar um método operacional para o mapeamento de áreas sob exploração seletiva de madeira na Amazônia Legal e investigar a possibilidade de se desenvolver indicadores da intensidade de exploração a partir de dados de sensoriamento remoto. O Ministério contribuiu com R\$ 1.000.000,00 nesse projeto. Parte dos recursos, R\$ 408.491,78, atendeu a realização da COP 8 - Convenção da Biodiversidade - que visa implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de promover a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos. Contratou-se serviços gráficos, no valor de R\$ 3.200,00 para elaboração de material de apoio e divulgação para o Serviço Florestal Brasileiro e o Programa Nacional de Florestas. Durante esse ano, foi estruturado o Serviço Florestal Brasileiro, que tem como função a fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão florestal, o fomento do desenvolvimento florestal sustentável no Brasil e de geri o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. No dia 13 de fevereiro de 2006, foi publicado o Decreto que criou o primeiro Distrito Florestal Sustentável - DFS, o DFS da BR-163, um complexo geoeconômico e social estabelecido com a finalidade de definir territórios onde serão priorizadas a implementação de políticas públicas que estimulem o desenvolvimento integrado com atividades de base florestal. Partiu o DFS da BR-163, foi elaborado um Plano de Ação, para os anos de 2006 e 2007, com a finalidade de implementar uma política de estímulo à produção florestal Sustentável, que envolve investimentos de R\$ 70 milhões, e está estruturado em três eixos: Fomento e Produção Sustentável, Infraestrutura e Ordenamento, e Regularização Fundiária. Apoiou-se, também, as consultas públicas sobre a Área sob Limitação Administrativa da BR-319 - AM, visando a criação de mais um Distrito Florestal Sustentável naquele local. Visando ampliar o uso sustentável dos recursos florestais consolidando a base de florestas manejadas em áreas públicas e privadas, por meio do Projeto UTF/BRA 062, financiou-se a realização do inventário florestal do Estado de Mato Grosso do Sul, onde foi analisado informações sobre as florestas plantadas e naturais existentes na Unidade de Conservação. Além disso, é uma das metas do convênio firmado com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas - AFLORAM, de apoio ao fortalecimento da assistência técnica florestal no Estado do Amazonas, o desenvolvimento de 100 planos de manejo nas áreas de Apuí e Humaitá, que compõem o chamado "Arco do Desmatamento". Em relação a meta física, ainda não houve manejo florestal efetivo, pois primeiro é necessária a realização do levantamento do inventário florestal, dos mapas de zoneamento das Florestas Nacionais - FLONAS, e a criação dos conselhos consultivos, para dar subsídios à elaboração dos seus respectivos planos de manejo. Ressalta-se que essas atividades representam avanço para que o manejo em áreas públicas aconteça. Assim que aprovados pelo IBAMA, os planos de manejo serão colocados em prática por meio das Concessões Florestais, atividade regulamentada por meio da Lei nº 11.284 de Gestão de Florestas Públicas, de 02 de março de 2006. Estima-se que após essas concessões obtenha-se uma área de 1.000.000,00 de hectares de área manejada (FLONAS com Plano de Manejo em andamento). As atividades de levantamentos das informações para elaboração dos planos de manejo têm sido realizadas por meio do Projeto do Acordo MMA/ITTO de "Produção Sustentável em Florestas Nacionais sob o Regime de Concessões Florestais" nas FLONAS de Itaituba I e II, Altamira e Caxiuanã. Esse projeto prevê também a elaboração dos planos de manejo e as regras e procedimentos para as concessões.			

Projeto ITTO - Fonte 0195

Dentro do Projeto ITTO, utilizando-se a fonte 0195, foi empenhado de forma estimativa R\$ 19.505,10 em Diárias, e R\$ 50.000,00 em passagens e despesas de locomoção, dos quais foram realizados 97% e 67%, respectivamente. O restante do empenho em passagens foi cancelado. Além disso, utilizou-se R\$ 1.659,60 com diárias para colaboradores eventuais. Ainda no projeto, adquiriram-se equipamentos de informática (computador, impressora, pen drives, licença Windows Profissional) no valor de R\$ 11.697,50, e uma câmera digital no valor de R\$ 1.377,00. Concederam-se 6 suprimentos de fundos a servidores do IBAMA, no valor total de R\$ 29.924,72, em decorrência do Acordo de Cooperação técnica, para que esses realizassem expedições de reconhecimento das Florestas Nacionais de Itaituba I e II e Altamira e sensibilização da população local. O suprimento de fundos foi utilizado em despesas de pequeno vulto, eventuais e de viagem, como aluguel de voadeiras, combustíveis, pilhas, contratação de matreiro, cozinheira, barqueiro, manutenção de veículos, kit primeiros-socorros e outros. Contratou-se dois consultores para desempenho das atividades previstas no Projeto, um na área sócio ambiental para contribuir com o objetivo de aumentar a produção de madeira oriunda de manejo sustentável de florestas nativas da Amazônia Legal Brasileira e, especificamente, elaborar planos de manejo e as regras e procedimentos para o início do regime de concessão para a produção sustentável de madeira das Florestas Nacionais de Altamira, Itaituba e Caxiuanã; e outro na área de Cartografia para realizar o mapeamento temático das Florestas Nacionais. Para tanto, empenhou-se estimativamente o valor de R\$ 246.190,00 para pagamento, referente a um ano de serviço desses consultores.

6046 (A) MONITORAMENTO E CONTROLE DA REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATORIA

Produto:	Projeto fiscalizado	Físico	200,00	200,00	100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	1.025.000	719.385	70,18 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)

Há uma tendência de queda no produto esperado (autorizações concedidas pelo IBAMA) para os próximos meses em razão dos processos de descentralização de gestão florestal.

6035 (A) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Produto:	PESQUISA REALIZADA	Físico	24,00	24,00	100,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	1.240.000	1.188.917	95,88 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)

Considerando que é desenvolvido grande parte do trabalho com base em projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de médio e longo prazo, a liberação de reduções parcelas de recursos financeiros compromete a execução das metas previstas nos cronogramas dos referidos projetos, uma vez que não são suficientes para atender as demandas de material e serviços programadas. Além disso, a liquidação dos recursos liberados reflete a necessidade de cumprimento da legislação vigente e da observância das restrições impostas pelos órgãos de controle e suporte jurídico, que não permitem o início dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, sem a correta indicação da fonte dos recursos e do documento de pré-empenho dos recursos, e tampouco permitem o fracionamento desses procedimentos ao longo do exercício.

6682 (A) RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL DE MATAS CILIARES

Produto:	nascente recuperada	Físico	7.000,00	760,00	10,86 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro	2.000.000	600.000	30,00 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)

Foi repassado R\$ 80.036,00 ao Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para implementação do projeto de preservação e conservação da Mata Atlântica no Estado do Espírito Santo, por meio da estratégia de formação de corredores ecológicos; R\$ 217.802,67 à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Bahia para apoio do projeto corredores ecológicos dessa secretaria; R\$ 108.126,00 ao Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica para implementação das atividades inerentes a 2ª fase do projeto corredores ecológicos, componente do corredor central da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
<p>Ações:</p> <p>através de ações de apoio a formação de corredores ecológicos interstício; e R\$ 194.035,33 à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, para atender o Projeto UTF BMA/062 de Consolidação dos Instrumentos Políticos do Programa Nacional de Florestas.</p> <p>Resalta-se que foi iniciado os convênios previstos por meio de Edital para a Recuperação e Conservação de Nascentes e Áreas que margeiam corpos e cursos d'água, e que, por meio desse, foi iniciado o processo de recuperação e conservação de 760 nascentes, 330 ha de áreas ciliares recuperadas.</p>			
6454 (A) RECUPERAÇÃO DE ECOSISTEMAS E ÁREAS DEGRADADAS			
Produto: Área recuperada	Físico 345,00	0,00	0,00 %
Unidade de Medida: ha	Financeiro 750.000	175.823	23,44 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Foi empenhado R\$ 34.000,00 em diárias e passagens. E foi repassado R\$ 140.823,00 ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, projeto BRA/00/021, que tem por objetivo a implementação dos dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como salvaguardar o patrimônio Biológico Brasileiro para as gerações futuras, por meio de ação específica. Houveram reuniões com o IBAMA, Ministério Público - MG, Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), EMATER - MG e outras instituições para a elaboração de um termo de referência para a contratação de uma instituição que irá coordenar estudos e ações integradas, que permitam desenvolver e testar um Modelo Operacional de recuperação de áreas de degradadas na região do Alto São Francisco, em no mínimo 500 hectares, abrangendo pequenas, médias e grandes propriedades rurais, e, posterior aplicação em toda a Bacia. A estratégia do programa tem sido focar a recuperação de áreas degradadas na Bacia do São Francisco como forma de desenvolver e estimular modelos aplicáveis em grande escala. Rio Bonito - RJ - Ministério do Meio Ambiente (0056) O texto da emenda não foi disponibilizada pela Câmara dos Deputados. Recuperação da Mata Ciliar do Rio Paraíba do Sul - Volta Redonda - RJ - Ministério do Meio Ambiente (0060) O texto da emenda não foi disponibilizada pela Câmara dos Deputados. Capela - SE - Ministério do Meio Ambiente (0058) O texto da emenda não foi disponibilizada pela Câmara dos Deputados. 			

0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais GERENTE: MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Floresta

Objetivo: Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros

6307 (A) FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS			
Produto: PROPRIEDADE FISCALIZADA	Físico 3.610,00	3.123,00	86,51 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 28.409.076	27.723.559	97,59 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) No ano de 2006, houve um incremento do número de operações do Ibama de combate ao desmatamento e queimadas, incluindo a realização de ações conjuntas de fiscalização ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária, as quais envolveram diferentes órgãos (IBAMA, Ministério da Defesa, Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Federal, FUNAI, INCRA e Polícia Rodoviária Federal, além da Polícia Militar dos estados). Dentre as ações realizadas, destacam-se as operações Anauá, Angelim, Machadinho, Ouro Preto, Kayabi, Preamar, Aço Preto, Novo Empate, Cone Sul e Kojima, realizadas em vários estados da Amazônia Legal. 			

6074 (A) MANUTENÇÃO DE BRIGADAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS			
Produto: Brigada mantida	Físico 850,00	469,00	55,18 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 380.000	351.655	92,54 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Com relação a esta ação, não houve liberação de recursos até o mês de maio. A partir de Junho foram realizados 24 treinamentos em queima controlada para 320 participantes, 06 treinamentos para formação de brigadas voluntárias para 44 participantes. A partir das demais liberações, foram adquiridos 300 kits de proteção individual para brigadistas e 40 kits de materiais para combate a incêndios florestais (bomba costal, abafador e pinga fogo). Foram treinados 1813 brigadistas, dos quais 1127 para atuarem em Unidades de Conservação do IBAMA. 			

6329 (A) PREVENÇÃO E CONTROLE DE DESMATAMENTOS E INCÊNDIOS FLORESTAIS			
Produto: área monitorada	Físico 2.997.344,00	5.091.280,00	169,86 %
Unidade de Medida: km²	Financeiro 13.429.130	12.839.307	95,61 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Esta ação realiza o monitoramento de toda a área correspondente à Amazônia Legal. 			

1270 Proambiente GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA

Objetivo: Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais

7621 (P) IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES TERRITORIAIS DE GESTÃO AMBIENTAL RURAL (GESTAR)			
Produto: unidade implantada	Físico 2,00	2,00	100,00 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 912.453	905.413	99,23 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Mês 01 - sem dados físico e financeiro Mês 02 - assessoramento para constituição de cooperativas Araguaia e consolidação do Plano de Gestão Ambiental Rural dos Territórios do Araguaia 			

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
<p>Ações:</p> <p>Mês 03 - Finalização da Avaliação Ambiental Integrada do Território do Norte de Minas</p> <p>Mês 04 - Finalização da Avaliação Ambiental Integrada nos polos do Baixo Amazonas/PA e da BR-163/PA.</p> <p>Mês 05 - conclusão das ações de capacitação e comunicação previstas para o pólo Portal da Amazônia/MT.</p> <p>Mês 06 - Implantação das ações que irão definir o plano de gestão ambiental rural no Norte de Minas, Portal da Amazônia e Baixo Amazonas.</p> <p>Mês 07 - Implantação das ações definidas no plano de gestão ambiental rural do Araguaia.</p> <p>Mês 08 - Conclusão dos estudos da avaliação ambiental integrada na BR-163/PA</p> <p>Mês 09 - Implantação do Gestar Paulo Afonso-Xingó, entre Bahia e Pernambuco.</p> <p>Mês 10 - Conclusão dos planos de gestão ambiental rural nos polos do Araguaia e Ariranha.</p> <p>Mês 11 e 12 - Assinatura de protocolo de cooperação entre o Governo do Estado do Paraná e o MMA, para implantação do Gestar Jacarezinho/PR. Com mais esse pólo do Gestar, somam nove pólos de atuação.</p>			
1C12 (P) IMPLANTAÇÃO DOS PÓLOS DO PROAMBIENTE			
Produto: Pólo implantado	Físico 3,00	2,00	66,67 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 952.453	862.553	90,56 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Mês 08 - 1a Reunião do GT para propor diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação de serviços ambientais, em Brasília, de 10 a 11 de Julho Visita conjunta com o Ministério da Integração para implantação da Política de Microcrédito Solidário no Pólo Transamazônica, de 30 de agosto a 02 de setembro, em Altamira e Anapu - PA. Mês 09 - 2a Reunião do GT para propor diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação de serviços ambientais, de 21 a 23 de agosto, em Brasília. Visita conjunta com o Ministério da Integração para implantação da Política de Microcrédito Solidário no Pólo Transamazônica, de 30 de agosto a 02 de setembro, em Altamira e Anapu - PA. Mês 10 - Participação Gerência no Seminário Franco-Brasileiro sobre Gestão Territorial e Desenvolvimento Sustentável em Mosaicos de Áreas Protegidas, de 19 a 21 de setembro, em Porto Seguro-BA Participação nas Oficinas de Construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Cuiabá-MT (de 17 a 20 de setembro), Belém-PA (de 13 a 16 de setembro), Curitiba-PR (de 17 a 20 de setembro), Paulo Afonso-BA e Rio Branco-AC Participação do Workshop Setor Látex: Estudos Comparativo entre Assentados e Produtores Rurais do Triângulo Mineiro, no dia 22 de setembro, em Uberlândia - MG. Mês 11 - Oficina de Certificação Socioparticipativa da ACS/Pesacre, de 17 a 20 de outubro, em Brasília - AC Visita da Gerência para implantação de experiências de Microcrédito Solidário no Pólo de Rondônia, de 18 a 21 de outubro, em Ouro Preto D' Oeste - RO Capacitação Básica do Agente de Microcrédito na Zona Urbana, de 29 de outubro a 04 de novembro, em Belém-PA. Acompanhar assinatura de Acordo de Cooperação entre o MI, MMA MTE e BASA para criação do Programa de Microfinanças para a Amazônia, e preparação de capacitação em Serviços Ambientais com IPAM de 07 a 12 de outubro, em Belém -PA Mês 12 - Reunião com os parceiros do Programa (MDA, MF, MAPA, MPQ, Eco-Eco) de 17 a 20 de novembro, em Brasília Mês 13 - 3a Reunião do GT para propor diretrizes, critérios, procedimentos e formas de compensação de serviços ambientais, de 04 a 05 de dezembro, em Brasília. 2a Reunião do Conselho Nacional do Proambiente, 06 de dezembro, em Brasília 			

1107 Probacias GERENTE: JOSÉ MACHADO

Objetivo: Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas

86A9 (A) DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PRIORIZADAS PELO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS			
Produto: PROJETO DESENVOLVIDO	Físico 1,00	0,00	0,00 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 503.220	0	0,00 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Na Região Sudeste - Agência Nacional de Águas - ANA (0030) Segundo a Lei nº 9.433, de 1997, os Comitês de Bacia Hidrográfica deverão estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados, os quais serão submetidos ao respectivo Conselho Estadual ou Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de acordo com o domínio do corpo d'água em questão. Assim a cobrança só se efetiva após a deliberação do Comitê e aprovação no respectivo Conselho. Não houve deliberação do Comitê referente a implementação da cobrança, no Exercício de 2006. 			

1346 Qualidade Ambiental GERENTE: VICTOR ZULAR ZVEIBIL

Objetivo: Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global

6124 (A) FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DEGRADADORAS, POLUENTES E CONTAMINANTES			
Produto: Atividade fiscalizada	Físico 1.050,00	865,00	82,38 %
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro 2.003.968	1.910.623	95,34 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Durante o ano de 2006, destacaram-se as operações de atuação de empresas importadoras de pneus usados que contrariaram as Resoluções CONAMA 258/99 e 301/03, bem como as operações de atuação de empresas encarroadoras de ônibus, que funcionavam em desconformidade com a licença para uso da configuração de Veículos Automotores - LCVM. Além dessas, foram realizadas as seguintes atividades: 1. Atendimento de Denúncias cadastradas junto à Linha Verde / Ouvidoria do IBAMA. 2. Participação nas ações de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos ilegais em propriedades rurais no oeste do Paraná. 3. Apoio técnico às ações de fiscalização de plantas de OGM em APNs no Estado do Paraná. 4. Levantamento das operações efetuadas pelas superintendências referentes ao Solo Ruído e ao GNV (Gás Natural Veicular). 5. Levantamento de laboratórios capacitados e credenciados para efetuar análise pericial de agrotóxicos e OGMs. 6. Levantamento das unidades de recolhimento e recicladoras de embalagens vazias de agrotóxicos. 7. Emissão de Pareceres Técnicos em processo de recurso administrativo decorrente da aplicação de Auto de Infração. 8. Reuniões com a Polícia Federal com vistas à elaboração de convênio para análises pericial de substâncias químicas. 9. Participação no Grupo de Trabalho (GT) sobre Mineração e Meio Ambiente - GTMINA. 10. Participação no Grupo de Trabalho (GT) responsável pelo estabelecimento de diretrizes, normas, critérios, padrões e procedimentos relativos aos Acidentes e Emergências Ambientais (Portaria IBAMA nº 1.258, de 04 de agosto de 2005). 11. Participação no Seminário sobre destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos. 12. Participação em cursos (ArcGIS9; V oficina de atualização em fiscalização ambiental); e II curso de capacitação em Resposta a Emergências Ambientais). 			

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
2B85 (A)	FOMENTO A PROJETOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE AMBIENTAL			
Produto:	PROJETO APOIADO	Físico 4,00	52,00	1.300,00 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 676.105	421.432	62,33 %
Comentários:				
<ul style="list-style-type: none"> Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Os empenhos realizados referem-se a pagamentos de contratos temporários do quadro de pessoal das Diretorias da SQA, além das despesas finalísticas. Ver Informações de situação.				

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
6925 (A)	LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL			
Produto:	LICENÇA CONCEDIDA	Físico 250,00	278,00	111,20 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 3.287.161	2.984.376	90,79 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)

Relação de Licenças - Ano 2006

TIPO	Nº	ANO	EMPREENDEDOR (COMO CADASTRADO NO CTF)	EMISSÃO
LP	225	2005	BR - 235/TO - Pedro Afonso - Divisa TO/MA	Secretaria da Infra Estrutura 12/1/2006
LP	227	2005	Sistema de Disposição Oceânica (SDO) do Jaguaribe	EMPRESA BAIANA DE ÁGUA E SANEAMENTO S/A 9/2/2006
LP	228	2006	Extração de Calcário Biogênico - Juarez Alves Couto Filho	6/4/2006
LP	229	2006	PCH Braço - companhia energetica serra da carica	3/5/2006
LP	230	2006	Gasoduto Fortaleza/CE - Guamorté/RN - GASFOR II	E&P - EXPLORAÇÃO - PETROBRAS S. A. 27/4/2006
LP	232	2006	Pesquisa Mineral - Projeto 118 - Lavra Experimental Minério de Cobre - Canaã/PA	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE 18/4/2006
LP	233	2006	Construção da Ponte Sobre o Rio Tocantins BR-010/MA e TO-126	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA 21/6/2006
LP	236	2006	LT UHE Almirões - UHE Mascarenhas - CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS GENI	20/7/2006
LP	235	2006	PCH Santa Gabriela - BSB Energética S/A	18/9/2006
LP	236	2006	LT PCH Retiro Velho - SE Chapadão do Sul	RETIRO VELHO ENERGETICA S/A 13/10/2006
LP	237	2006	LT Milagres - Coremas (circuito 3) - CIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF	31/10/2006
LP	238	2006	Produção marítima de petróleo no Bloco BM-C-8, Bacia de Campos	DEVON ENERGY DO BRASIL LTDA 30/10/2006
LP	239	2006	LT de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina e ao Litoral Catarinense	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. 22/11/2006
LP	240	2006	Integração rodoviária entre MS e SP - rodovia BR-262/MS, segmento km 0 ao km 2,3 - rodovia BR-262/SP, segmento km 3	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 19/12/2006
LP	241	2006	LT Colinas - Serra da Mesa - INTESA - Integração Transmissora de Energia S/A	1/12/2006
LP	243	2006	Gasoduto Cachimbas - Catu. PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS - REFINARIA DUQUE CAXIAS	15/12/2006
RLP	114	2001	UTE Seival - USINA TERMOELÉTRICA SEIVAL LTDA.	12/4/2006
RLP	140	2002	Barragem São José - Prefeitura Municipal de Poço Verde - SE	1/12/2006
RLP	157	2003	Duplicação da Rodovia BR-101/RJ, trecho entre o entroncamento da Av. Brasil e o Km 385. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	28/4/2006
RLP	167	2004	Complexo Hidrelétrico do Rio Itabapoana - PCH Performance Centrais Hidrelétricas Ltda.	18/4/2006
Ret.(LP)	235	2006	PCH Santa Gabriela - BSB Energética S/A	15/12/2006
Ret.(RLP)	167	2004	Complexo Hidrelétrico do Rio Itabapoana - PCH Performance Centrais Hidrelétricas Ltda.	18/4/2006
LI	330	2005	Jazida para extração de areia denominada EC-19 - CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA	7/4/2006
LI	339	2005	Implantação do empreendimento Ondazul Resort Ondazul Internacional Ltda.	24/1/2006
LI	348	2005	BR 230 - Rurópolis/PA a BR 422 Novo Repartimento/PA.	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 23/1/2006
LI	355	2006	Duplicação da Estrada de Ferro Garajás - MA/PA. CIA VALE DO RIO DOCE	9/1/2006
LI	356	2005	Ferrovia Norte-Sul - VALE ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A	5/1/2006
LI	357	2006	Desenvolvimento e produção do módulo 2 do Campo de Roncador, Bacia de Campos, litoral norte de Estado do Rio de Janeiro (P-54).	
LI	358	2006	PCH Monte Serrat - Monte Serrat Energética S.A.	2/2/2006
LI	359	2006	PCH Bonifante Bonifante Energética S.A.	2/2/2006
LI	360	2006	Pavimentação de BR-010/TO, Trecho Aparecida do Rio Negro - Goiátes. Secretaria da Infra Estrutura	29/3/2006
LI	361	2006	Mineroduto Mariana/MG - Ubu/ES. SAMARCO MINERACAO S/A	16/2/2006
LI	362	2006	Desenvolvimento da Fase de Produção de Hidrocarbonetos no Campo de Golphinho na Bacia do Espírito Santo	PETROLEO BRASILEIRO SA
PETROBRAS - UN-ES	24/2/2006			
LI	363	2006	Duplicação da Estrada de Ferro Carajás - MA/PA. CIA VALE DO RIO DOCE	23/6/2006
LI	364	2006	Desenvolvimento e produção do módulo 2 do Campo de Roncador, Bacia de Campos, litoral norte de Estado do Rio de Janeiro (P-54).	
PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	13/3/2006			
LI	365	2006	BR 158 MT trecho km 444-9 ao km 462,8 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	4/8/2006
LI	366	2006	ETE Jericoacoara - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE30/3/2006	
LI	367	2006	Ferrovia Transnordestina - implantação de trechos nos Estados de Pernambuco e Ceará. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	28/4/2006
LI	369	2006	Jazida CQG 34 - BR 101 Sul Construtora Queiroz Galvão S.A.	10/4/2006
LI	371	2006	UHE Porto Primavera (Entreponto pesqueiro Presidente Epitácio/SP)	CESP COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO 3/5/2006
LI	372	2006	UHE Porto Primavera (Entreponto pesqueiro Panorama/SP)	CESP COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO 3/5/2006
LI	373	2006	UHE Porto Primavera (Entreponto pesqueiro Três Lagos/MS)	CESP COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO 3/5/2006
LI	374	2006	BR 242 Peixe - Parana - Taguatinga	Secretaria da Infra Estrutura 14/6/2006
LI	375	2006	Implantação da Unidade 3 do depósito Intermediário de Resíduos Radioativos - DIRR III	ELETRONUCLEAR - ELETRONUCLEAR TERMONUCLEAR S.A. 20/6/2006
LI	376	2006	Depósito Inicial dos Geradores de Vapor- DIGV	ELETRONUCLEAR - ELETRONUCLEAR S.A. 20/6/2006
LI	377	2006	Ponte Presidente Dutra - BR-407/PE - divisa Petrolina/PE - Juazeiro/BA	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 7/6/2006
LI	378	2006	BR 163 - Santarém - Rurópolis	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 5/6/2006
LI	379	2006	Ampliação da Péra da Parauapebas/PA	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE 26/6/2006
LI	380	2006	Sistema de Produção e escoamento do Campo de Jubarte.	E&P - EXPLORAÇÃO - PETROBRAS S. A. 14/7/2006
LI	381	2006	Sistema de rebombeio autônomo e escoamento dos Campos de Marlim Leste, Marlim Sul e Roncador, Bacia de Campos	PETROBRAS S.A. / E&P 14/7/2006
UN-RIO				
LI	384	2006	Requalificação do Trecho Ferrovário Costa Lacerda - Mina de Brucutu - EFVM COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - FERROVIA	14/7/2006
LI	385	2006	Ponte sobre o Rio Tocantins, no trecho: Entroncamento BR-010/MA - Entroncamento TO-126.	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA ESTRUTURA 26/7/2006
LI	387	2006	Terminal Portuário EMBRAPORT - Empresa Brasileira de Terminais Portuários SA	4/8/2006
LI	389	2006	BR 163 - Trecho MT/PA - Santarém/Rurópolis	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 31/10/2006
LI	390	2006	BR 163 - Trecho MT/PA - Santarém/Rurópolis	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 31/10/2006
LI	391	2006	BR 163 - Trecho MT/PA - Santarém/Rurópolis	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 31/10/2006
LI	392	2006	Ferrovia Norte-Sul - VALE ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A	22/11/2006
LI	393	2006	Pátios Ferrovários de Santa Rosa, Eng. Freixo e Guandu	MRS LOGISTICA S/A 26/9/2006
LI	394	2006	LT Machadinho - Campos Novos - Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica	22/9/2006
LI	395	2006	EFVM/PATRAG - Pátio de Transbordo de Granéis	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - FERROVIA 9/10/2006
LI	396	2006	UTE Candiotá II e III CIA DE GERAÇÃO TERM DE ENERGIA ELÉTRICA	25/9/2006
LI	397	2006	Duplicação da Rodovia BR-101/RJ, trecho entre o entroncamento da Av. Brasil e o Km 385. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
Transportes	27/9/2006			
LI	398	2006	Implantação do Pátio de Cruzamento do Pátio Tigre II - Tapira/MG	FERROVIA CENTRO ATLANTICA S/A 24/10/2006
LI	399	2006	Desenvolvimento da produção e escoamento da área do I-RJ3-409, na concessão de Espadarte, Bacia de Campos.	E&P - EXPLORAÇÃO - PETROBRAS S. A. 5/10/2006
LI	400	2006	Sistema de produção e escoamento de óleo e gás, fase 2, módulo 1A - Campo de Roncador, Bacia de Campos	PETROBRAS S.A. / E&P 18/10/2006
LI	401	2006	BR 230 - Rurópolis/PA a BR 422 Novo Repartimento/PA.	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes 25/10/2006
LI	402	2006	Ponte sobre o rio Jari - AP/PA	PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI 1/11/2006
LI	403	2006	Projeto de Irrigação Luiz Alves do Ar	

0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis GERENTE: MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Objetivo: Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
2946 (A)	FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DO SETOR PESQUEIRO			
Produto:	Unidade de produção fiscalizada	Físico 3.000,00	2.840,00	94,67 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 1.496.014	1.463.754	97,84 %

Comentários:

- Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001)

Destacam-se as operações de fiscalização no combate à pesca predatória e ao defeso (da lagosta, caranguejo e camarão), bem como as Operações de Defesa da Pesca - São Francisco nos estados que compõem a Bacia.

8007 Resíduos Sólidos Urbanos GERENTE: VICTOR ZULAR ZVEIBIL

Objetivo: Proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, na perspectiva da universalização dos serviços e da sustentabilidade dos empreendimentos, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
004B (OE)	APOIO A PROJETOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES			
Produto:	PROJETO APOIADO	Físico 13,00	4,00	30,77 %
Unidade de Medida:	UNIDADE	Financeiro 2.700.027	924.918	34,26 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)

Foram celebrados convênios com os municípios de Pato Branco-PR e Laranjeiras do Sul-PR; e com o Instituto Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - IEMA-ES (Elaboração do Projeto de Regionalização dos serviços de Gerenciamento de Resíduos Sólidos).

- Teotônio Vilela - AL - Ministério do Meio Ambiente (0090)

O convênio com o município de Teotônio Vilela - AL não foi celebrado por falta de atendimento de pendências técnicas por parte do município.

- No Estado de Minas Gerais - Ministério do Meio Ambiente (0088)

Não foi celebrado convênio referente a essa emenda parlamentar. O Deputado indicou o município de Frutal-MG, mas, por falta de apresentação de documentação técnica, por parte do município, não pôde ser celebrado o convênio.

- Bragança - PA - Ministério do Meio Ambiente (0094)

Por falta de apresentação de documentação técnica, por parte do município, não pôde ser celebrado o convênio referente a essa emenda parlamentar.

- Simão Dias - SE - Ministério do Meio Ambiente (0098)

Por falta de atendimento de pendências de documentação técnica, por parte do município, não pôde ser celebrado o convênio referente a essa emenda parlamentar.

- São João da Boa Vista - SP - Ministério do Meio Ambiente (0092)

Por falta de atendimento de pendências de documentação técnica, por parte do município, não pôde ser celebrado o convênio referente a essa emenda parlamentar.

- Guaira - SP - Ministério do Meio Ambiente (0096)

O convênio foi celebrado em junho/2006, com o objetivo de Apoiar a aquisição de equipamentos de coleta de resíduos sólidos urbanos.

100% dos recursos previstos (R\$ 140.000,00) foram liberados em dez/2006. O convênio encontra-se em andamento, previsto para conclusão em 2007.

1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental GERENTE: SÍLVIO RICARDO DA CÂMARA CANTO BOTELHO

Objetivo: Revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias

Programa:		LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:				
101U (P)	IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS AMBIENTAIS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO			
Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Físico 35,00	35,00	100,00 %
Unidade de Medida:	% de execução física	Financeiro 750.000	255.300	34,04 %

Comentários:

- Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001)

A ação de Implantação de Banco de Dados Ambientais da Bacia do São Francisco envolve tanto a produção de dados quanto o desenvolvimento de sistema de informação que os explore e deles extraia indicadores e estatísticas.

Neste ano, fez-se grande investimento na criação do esqueleto estrutural de sistema de informação (SISFRAN) que possa trabalhar em arquitetura descentralizada e distribuída, com uso de web services, de forma a que o banco de dados referente à ação possa ser construído com a união dos diversos bancos de dados já existentes, ou em construção, em diversas instituições com alguma conexão com a Bacia do Rio São Francisco.

Neste sentido, embora o percentual de execução tenha sido baixo (34%), avanços significativos foram feitos.

O SISFRAN foi dotado de estrutura flexível e diversos acordos de produção de "web services" foram realizados com diversas instituições. Os recursos investidos foram retirados de programas que apoiam o desenvolvimento de sistemas no âmbito do SINIMA - Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente, no qual o SISFRAN se insere. Assim, embora não se tenha usado recursos específicos da ação no desenvolvimento do SISFRAN, este se encontra em estágio bastante avançado, podendo ser acessado por meio do SINIMA ou diretamente a partir da página do programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Os recursos gastos foram prioritariamente destinados à geração de conteúdos ou à criação de infra-estrutura que possibilite sua criação; (a) R\$ 80.000,00 foram destinados à Unesco para desenvolvimento, com supervisão do DEA/MMA (Diretoria de Educação Ambiental), do "Projeto Documentário do Rio São Francisco -

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente

Execução Física e Financeira de Programas e Ações
Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa:	LOA 2006 + CRÉDITOS (A)	Realizado 2006 (B)	% (B/A)
Ação:			
Conhecer para Revitalizar", no âmbito dos programas de cooperação com aquela agência internacional; (b) R\$ 1.75.300,00 forma destinados ao "Projeto de Estruturação do Núcleo de Multimídia do IBAMA", tendo em vista a criação de infra-estrutura que permita estabelecimento de um sistema de monitoramento ambiental para a Bacia do São Francisco (tais recursos foram repassados ao PNUD para execução do Projeto no âmbito da cooperação técnica com aquela instituição internacional (equipamentos e serviços).			
101Q (P)	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DOS RIOS TOCANTINS/ARAGUAIA		
Produto:	Área estabilizada	Físico 1.223,00	0,00 0,00 %
Unidade de Medida:	ha	Financeiro 730.000	110.000 15,07 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> • Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente (0010) • Na Região Centro-Oeste - Ministério do Meio Ambiente (0050) Em 2006, iniciou-se a estruturação institucional do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia com a realização de 05 (cinco) encontros estaduais para criação e estruturação dos Fóruns de Articulação Estaduais da Revitalização, envolvendo os estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará, Goiás e o Distrito Federal. Também destacamos a elaboração do Plano de Atividades e Metas do Programa, que esta sendo elaborado a partir das oficinas técnicas realizadas durante os encontros estaduais. Tanto o Programa como o Plano de Atividades e Metas estão sendo elaborados a partir dos documentos básicos como: o Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Plano de Ação Estratégico dos Recursos Hídricos da bacia. Além disso, foi aplicado recursos no primeiro projeto demonstrativo de mobilização intermunicipal e educação ambiental para Revitalização desta bacia, mais especificamente na região das nascentes dos rios Tocantins e Araguaia, em parceria com o Ministério da Integração e a ONG ECODATA.			
0512	Zoneamento Ecológico-Econômico	GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA	
Objetivo: Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País			
7965 (P)	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS SOBRE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO		
Produto:	SISTEMA IMPLANTADO	Físico 9,00	0,00 0,00 %
Unidade de Medida:	% de execução física	Financeiro 375.302	356.836 95,08 %
Comentários:			
<ul style="list-style-type: none"> • Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Em relação a esta ação, o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico - PZEE apresentou um resultado satisfatório, confirmado pela execução financeira de 95% dos recursos alocados. A meta física anual proposta foi atingida, na medida que houve avanços significativos na estruturação e implantação de Bancos de Dados em diferentes regiões do país, a saber:			
Banco de Dados da Amazônia Legal. Está sendo concluída a atualização do Banco de Dados da Amazônia Legal (o primeiro diagnóstico da Amazônia Legal, realizado pela SAG, é de 1991) mediante ação inédita de incorporação das informações dos órgãos federais e dos zoneamentos realizados pelos estados que integram tal região. Pode ser consultado pelo site www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/index.html			
Banco de Dados da Bacia do Rio São Francisco. Base de dados estruturada a partir do banco de dados dos Cenários para o Bioma Caatinga (publicado em 2003), com atualização na escala 1:1.000.000. Modelo conceitual já definido com preparação para recebimento de informações em várias escalas, em fase de alimentação de informação.			
Banco de Dados da Bacia do Parnaíba. Articulação e sistematização de bancos de dados de ZEE já existentes (ZEE do Baixo Rio Parnaíba, recorte para a bacia do Cenários para o Bioma Caatinga) e geração de novos bancos (especialização das políticas públicas, cerrados do Sul do Piauí e Atlas da CODEVASF).			
Rede Virtual de Informações da Caatinga. Objetivo: Construir arranjos institucionais que possibilitem a articulação de distintos atores/instituições para gestão dos estados do nordeste a fim de viabilizar o ZEE, adotando mecanismos do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA. Adesão pelos estados da região em processo de formalização.			
Banco de Dados de Geoeoturismo. Tem por objetivo organizar e sistematizar informações georeferenciadas de Geoeoturismo a fim de prover os órgãos governamentais, entidades privadas, pesquisadores e o público em geral de um levantamento de oportunidades turísticas geocientíficas no território nacional.			
Banco de Dados do MacroZEE Brasil: em parceria com o Consórcio ZEE Brasil, com elaboração técnica do IBGE, tem por objetivo subsidiar uma visão sinótica do país a partir da integração das bases de dados existentes nos órgãos públicos. Foi lançada uma versão preliminar em DVD, em dezembro de 2005, na escala 1:5.000.000. Está programada uma atualização de dados, com ampliação de escala para 1:1.000.000, a ser lançada em 2007.			
É importante salientar, no entanto, que a quantificação de execução da ação apresenta dificuldades devido ao seu objeto principal, que é a estruturação e implantação de banco de dados de ZEE.			

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	RAP 2006 Inscrito	RAP 2006 PAGO
1102 Agenda 21		
GERENTE: Gilney Amorim Viana		
Objetivo: Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável		
4921(A) (RAP 2005) ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS AGENDAS 21 LOCAIS		
Produto: Agenda implementada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 31.631,00	R\$ 30.631,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente		
4913(A) (RAP 2005) FOMENTO A PROJETOS DE AGENDAS 21 LOCAIS		
Produto: PROJETO APOIADO	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 372.474,00	R\$ 224.148,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA		
4910(A) (RAP 2005) FORMAÇÃO CONTINUADA EM AGENDA 21 LOCAL		
Produto: Agente formado	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 8.731,00	R\$ 7.460,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente		
0502 Amazônia Sustentável		
GERENTE: Gilney Amorim Viana		
Objetivo: Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais		
6072(A) (RAP 2005) DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS SOBRE O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)		
Produto: Prática difundida	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 3.080.571,00	R\$ 148.890,00
Comentários: << (RAP 2005) Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente Dos 3.080.571,00, R\$ 2.924.978,00 foram recursos não utilizados em 2005 referentes à doação ao AMA (acordo RFT 021962), pois o orçamento foi superestimado.		
6061(A) (RAP 2005) FOMENTO A PROJETOS DEMONSTRATIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)		
Produto: PROJETO APOIADO	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 990.081,00	R\$ 903.181,00
Comentários: << (RAP 2005) Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente A execução desses recursos é referente aos gastos não executados no ano de 2005, assim como informado em restrições e providências para aquele ano.		
6065(A) (RAP 2005) FOMENTO AO MANEJO DE RECURSOS NATURAIS DE VÁRZEAS NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)		
Produto: área manejada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: ha	Financeiro R\$ 1.500.000,00	R\$ 300.000,00
Comentários: << (RAP 2005) Na Região Norte - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
6064(A) (RAP 2005) FOMENTO AO MANEJO FLORESTAL NA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)		
Produto: área manejada	Físico -	4.400,00
Unidade de Medida: ha	Financeiro R\$ 3.241.777,00	R\$ 1.209.173,00
Comentários: << (RAP 2005) Na Região Norte - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Os recursos financeiros gastos efetivamente pelo Projeto e comprovados no SIAFI foram comprovados nas rubricas de restos a pagar do exercício 2005, cujo valor orçamentário é de R\$ 3.241.777,00. Deste total, já foram executados e comprovados, até novembro de 2006, R\$ 1.209.172,70 (hum milhão duzentos e nove mil, cento e sessenta e dois reais e setenta centavos). Há ainda despesas a ainda não comprovadas à SEAIN/Doador e portanto ainda não está contabilizado no SIAFI, no valor de R\$ 204.451,02 (duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais. Além destes valores, R\$ 84.695,20 (oitenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte centavos) e mais R\$ 44.768,12 (quarenta e quatro mil setecentos e sessenta e oito reais e doze centavos) de recursos do KfW foram executados e vem sendo comprovado no orçamento 2006, sendo o último valor somente empenhado porém efetivamente não pago ao fornecedor. A execução financeira baixa do Projeto, quer seja nas rubricas de restos a pagar 2005 e orçamento 2006, decorre do fato que (i) os recursos executados no ano de 2006 pelo Projeto estão sendo contabilizados em restos a pagar 2005, (ii) atrasos na aprovação do orçamento de 2006, que compromete a execução das despesas executadas pelo Ibama, (iii) número reduzido de servidores no CENAFLORE - Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal, que executa parte das ações do componente 2 e 3 do Projeto e que hoje dispõe de somente dois servidores lotados, sendo a demanda atual de trabalho de cinco analistas a ser suprida com a chamada de 305 novos servidores do concurso de maio/2005. Além desses fatores, o significativo valor de restos a pagar do exercício 2005 resultou na não utilização do orçamento 2006. O alto valor do orçamento 2006 decorre do fato que a definição do mesmo foi feita no início de 2005 (março/2005), o que não permitiu que se fizesse uma programação orçamentária mais adequada considerando a necessidade de recursos para 2006 a partir de análise dos recursos financeiros não comprometidos no orçamento de 2005.		
0499 Áreas Protegidas do Brasil		
GERENTE: João Paulo Ribeiro Capobianco		
Objetivo: Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes		

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	RAP 2006 Inscrito	RAP 2006 PAGO
0884(OE) (RAP 2005) APOIO À CRIAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO		
Produto: PROJETO APOIADO	Físico -	1,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 226.417,00	R\$ 126.417,00
Comentários: << (RAP 2005) Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação em Municípios do Estado de Goiás - Ministério do Meio Ambiente O convenio com os municípios para a criação de unidades de conservação não foi firmado devido a inconsistências técnicas nos projetos apresentados pelos municípios. << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente Ação executada conforme previsão		
1145 Comunidades Tradicionais		
GERENTE: Gilney Amorim Viana		
Objetivo: Melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental		
0778(OE) (RAP 2005) APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA		
Produto: organização apoiada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 640.000,00	R\$ 278.244,00
Comentários: << (RAP 2005) Na Região Norte - Ministério do Meio Ambiente Os recursos foram utilizados pela unidade gestora Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração-SPOA para pagamento de pessoal terceirizado (3390.37.00) que prestam serviços de apoio administrativo, recepcionista, secretariado e outras funções gerais administrativas que viabilizam as atividades fins desta ação.		
6087(A) (RAP 2005) FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES TRADICIONAIS		
Produto: PROJETO APOIADO	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 79.100,00	R\$ 79.100,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA		
6070(A) (RAP 2005) FOMENTO A PROJETOS DE GESTÃO AMBIENTAL DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA (PROGRAMA-PILOTO)		
Produto: Reserva apoiada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 3.203.438,00	R\$ 300.000,00
Comentários: << (RAP 2005) Na Região Norte - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos		
GERENTE: João Paulo Ribeiro Capobianco		
Objetivo: Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado		
2934(A) (RAP 2005) CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES DA FAUNA AMEAÇADA DE EXTINÇÃO		
Produto: Espécie beneficiada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 115.286,00	R\$ 96.027,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
2975(A) (RAP 2005) LICENCIAMENTO PARA MANEJO DE ESPÉCIES DA FAUNA COM POTENCIAL DE USO		
Produto: Estabelecimento licenciado	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 8.787,00	R\$ 4.366,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
2976(A) (RAP 2005) PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DE ESPÉCIES DA FLORA		
Produto: Espécie conservada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 5.219,00	R\$ 5.000,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis		
GERENTE: Sílvio Ricardo da Câmara Canto Botelho		
Objetivo: Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis		
4932(A) (RAP 2005) FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS		
Produto: PESSOA FORMADA	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 53.634,00	R\$ 26.401,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
0511 Gestão da Política de Meio Ambiente		
GERENTE: Sílvio Ricardo da Câmara Canto Botelho		

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	RAP 2006 Inscrito	RAP 2006 PAGO
Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente		
6037(A) (RAP 2005) FORTALECIMENTO E APRIMORAMENTO DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL		
Produto: Unidade fortalecida	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 38.232,00	R\$ 35.250,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
0497	0497	0497
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	GERENTE: João Bosco Senra	
Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos		
2039(A) (RAP 2005) FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS		
Produto: -	Físico -	0,00
Unidade de Medida: -	Financeiro R\$ 19.800,00	R\$ 19.800,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente Valores referentes às metas físicas executadas na ação no exercício de 2005.		
0506	0506	0506
Nacional de Florestas	GERENTE: João Paulo Ribeiro Capobianco	
Objetivo: Promover o manejo sustentável e o uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada		
6242(A) (RAP 2005) ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PEQUENO PRODUTOR RURAL PARA A PRODUÇÃO FLORESTAL SUSTENTÁVEL		
Produto: Agricultor assistido	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 2.170.520,00	R\$ 639.856,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente Os valores inscritos em Restos a Pagar são referentes a convênios firmados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA para atender os Editais Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Resalta-se que o valor de R\$ 750.000,00 empenhado, para atender o convênio com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Governo do Amazonas - AFLORAM para apoio ao fortalecimento da assistência técnica florestal no Estado do Amazonas, foi cancelado pois o convênio não pôde ser firmado no ano de 2005.		
4950(A) (RAP 2005) CAPACITAÇÃO EM ATIVIDADES FLORESTAIS		
Produto: PESSOA CAPACITADA	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 295.383,00	R\$ 153.456,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente No final do ano de 2005, foi firmado convênio com a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, no valor de R\$ 241.927,00, com o intuito de diagnosticar a realidade de cobertura florestal nos assentamentos da Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Caatinga, promovendo a animação social para a internalização do tema e formação técnica para a qualificação da intervenção no processo, potencializando o componente florestal no contexto da promoção da reforma agrária sustentável. Houve atraso no envio dos recursos financeiros por falta de disponibilidade financeira do Ministério do Meio Ambiente e por problemas de regularidade do convênio. Em setembro foi liberado R\$100.000,00 para tal projeto. Foi inscrito também em restos a pagar o valor de R\$ 53.456,00, referente a um convênio decorrente do Edital Cerrado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. O valor foi pago em janeiro do corrente ano.		
2943(A) (RAP 2005) CONTROLE E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES FLORESTAIS E DESMATAMENTOS		
Produto: autorização concedida	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 89.485,00	R\$ 86.787,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
7598(P) (RAP 2005) INSTALAÇÃO DE CENTROS DE CAPACITAÇÃO EM MANEJO FLORESTAL		
Produto: centro instalado	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 622.884,00	R\$ 421.962,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente Foi descentralizado o valor de R\$ 421.962,00 para o IBAMA para a construção do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal - CENAFOR, com intuito de proporcionar a difusão das técnicas de manejo florestal e exploração de impacto reduzido, por meio de treinamento, capacitação e aplicação de sistemas de manejo, em nível empresarial e comunitário. O valor foi empenhado pelo IBAMA e inscrito em restos a pagar. Foi empenhado e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 200.921,91 para contratação de pessoa física por tempo determinado. O empenho foi totalmente cancelado.		
6735(A) (RAP 2005) MANEJO DE FLORESTAS PÚBLICAS		
Produto: Área Florestal Manejada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: ha	Financeiro R\$ 13.598,00	R\$ 0,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente Foi empenhado e inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 13.598,48 em passagens e despesas de locomoção para o projeto do ITTO, que ainda não foi executado.		

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	RAP 2006 Inscrito	RAP 2006 PAGO
6046(A) (RAP 2005) MONITORAMENTO E CONTROLE DA REPOSIÇÃO FLORESTAL OBRIGATORIA		
Produto: Projeto fiscalizado	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 780,00	R\$ 580,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
6035(A) (RAP 2005) PESQUISA E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL		
Produto: PESQUISA REALIZADA	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 140.217,00	R\$ 136.311,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
0503	0503	0503
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer	GERENTE: Marcus Luiz Barroso Barros	
Objetivo: Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros		
6307(A) (RAP 2005) FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE DESMATAMENTO E QUEIMADAS		
Produto: PROPRIEDADE FISCALIZADA	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 357.785,00	R\$ 331.976,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
6329(A) (RAP 2005) PREVENÇÃO E CONTROLE DE DESMATAMENTOS E INCÊNDIOS FLORESTAIS		
Produto: área monitorada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: ha	Financeiro R\$ 1.208.346,00	R\$ 776.806,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
1270	1270	1270
Proambiente	GERENTE: Gilney Amorim Viana	
Objetivo: Promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural, por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação e certificação de serviços ambientais		
7621(P) (RAP 2005) IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL RURAL (GESTAR)		
Produto: unidade implantada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 349.210,00	R\$ 305.431,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente Formação de mais um território do Gestar na região compreendida entre Paulo Afonso e Xingó/PE.		
1346	1346	1346
Qualidade Ambiental	GERENTE: Victor Zular Zveibil	
Objetivo: Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além do controle de gases com a finalidade de proteção da camada de ozônio e do sistema climático global		
6124(A) (RAP 2005) FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DEGRADADORAS, POLUENTES E CONTAMINANTES		
Produto: Atividade fiscalizada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 45.660,00	R\$ 31.785,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
6925(A) (RAP 2005) LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL		
Produto: LICENÇA CONCEDIDA	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 441.358,00	R\$ 395.018,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
0104	0104	0104
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	GERENTE: Marcus Luiz Barroso Barros	
Objetivo: Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação		
2946(A) (RAP 2005) FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DO SETOR PESQUEIRO		
Produto: Unidade de produção fiscalizada	Físico -	0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro R\$ 60.134,00	R\$ 55.134,00
Comentários: << (RAP 2005) Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA		
8007	8007	8007
Resíduos Sólidos Urbanos	GERENTE: Victor Zular Zveibil	

Anexo
44000 Ministério do Meio Ambiente
Execução Física e Financeira dos Restos a Pagar (RAP)

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	RAP 2006 Inscrito	RAP 2006 PAGO
Objetivo: Proporcionar meios para a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento e de disposição final, na perspectiva da universalização dos serviços e da sustentabilidade dos empreendimentos, com ênfase na eliminação de lixões, na erradicação do trabalho infantil e juvenil nos lixões e nas ruas, bem como promover a inserção social de catadores de materiais recicláveis		
004B(OE) (RAP 2005) APOIO A PROJETOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES		
Produto: PROJETO APOIADO	Físico	-
		0,00
Unidade de Medida: UNIDADE	Financeiro	R\$ 2.860.814,00
		R\$ 2.860.814,00
Comentários:		
<< (RAP 2005) Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Coronel Fabriciano-MG - Ministério do Meio Ambiente 100% dos recursos previstos em Restos a Pagar (R\$ 70.000,00) foram liberados em 2006. O convênio encontra-se em andamento, previsto para conclusão em 2007.		
<< (RAP 2005) Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Alfredo Chaves-ES - Ministério do Meio Ambiente 100% dos recursos previstos (R\$ 100.000,00) foram liberados em 2006. O convênio encontra-se em andamento, previsto para conclusão em 2007.		
<< (RAP 2005) Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Jales-SP - Ministério do Meio Ambiente 100% dos recursos previstos em Restos a Pagar (R\$ 100.000,00) foram liberados em 2006. O convênio encontra-se em andamento, previsto para conclusão em 2007.		
<< (RAP 2005) Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Dourados-MS - Ministério do Meio Ambiente 100% dos recursos previstos em Restos a Pagar (R\$ 150.000,00) foram liberados em 2006. O convênio encontra-se em andamento, previsto para conclusão em 2007.		
<< (RAP 2005) Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios do Estado do Paraná - Ministério do Meio Ambiente 100% dos recursos previstos em Restos a Pagar (R\$ 200.000,00) para o município de Lapa-PR foram liberados em 2006. O convênio encontra-se em andamento, previsto para conclusão em 2007.		
<< (RAP 2005) Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Cornélio Procopio-PR - Ministério do Meio Ambiente 100% dos recursos previstos em Restos a Pagar (R\$ 280.000,00) foram liberados em 2006. O convênio encontra-se em andamento, previsto para conclusão em 2007.		
<< (RAP 2005) Apoio a Projetos de Resíduos Sólidos Urbanos - Estado do Paraná - Ministério do Meio Ambiente Em 2005 foram celebrados convênios com os seguintes municípios, segundo recursos de Emenda Parlamentar do Estado do Paraná: Campo Mourão (R\$ 120.000,00), Cianorte (R\$ 120.000,00), Paranavai (R\$ 120.000,00) e Jacarezinho (R\$ 341.818,00), todos estes inscritos em Restos a Pagar. 100% dos recursos foram liberados em Jun/2006.		
<< (RAP 2005) Nacional - Ministério do Meio Ambiente		